



vida pastoral

novembro-dezembro de 2013 – ano 54 – número 293



Comunicação e práxis cristã

- 3** A práxis cristã na cultura da comunicação Valdir José de Castro, ssp
- 11** As dez estratégias de manipulação midiática Noam Chomsky
- 15** Magistério de todos, à luz da reflexão teológica de Edward Schillebeeckx Junior Vasconcelos do Amaral
- 23** Apartheid à brasileira: a relação entre mídia, segregação e expurgo do “outro” no Brasil Jakson Ferreira de Alencar, ssp
- 35** Roteiros homiléticos Aíla Luzia Pinheiro Andrade, nj

Caros leitores e leitoras,

Graça e Paz!

“O que vimos e ouvimos, nós agora lhes anunciamos para que vocês estejam em comunhão conosco. E a nossa comunhão é com o Pai e com o seu Filho, Jesus Cristo. Essas coisas escrevemos para vocês, a fim de que a nossa alegria seja completa” (1Jo 1,3-4).

A Igreja, seguindo o mandato de seu Senhor, Jesus Cristo, tem se esforçado desde o início para continuar de maneira eficaz o anúncio da boa notícia, a chegada do reino e sua ampliação na humanidade, a transformação do mundo, para que todos tenham vida em abundância. Desde os apóstolos, dentre os quais se destacou são Paulo pelo uso dos meios disponíveis em seu tempo para o anúncio da boa-nova – as estradas do império romano e as cartas –, a Igreja tem procurado as melhores maneiras de comunicar-se. Também na atualidade, sobretudo a partir do decreto *Inter Mirifica* (sobre os meios de comunicação) do Vaticano II, ela procura pôr-se ao mesmo passo dos meios atuais, em acelerada evolução. Comunicar bem o evangelho, no entanto, como já lembrava o apóstolo dos gentios, não significa amoldar-se às estruturas deste mundo; é necessária a transformação pela renovação da mentalidade, distinguindo qual é a vontade de Deus (Rm 12,2).

A comunicação do evangelho então, precisa ter o perene cuidado de não se igualar à comunicação atual, de caráter mercantilista e muitas vezes voltada a dar suporte a estruturas econômicas e políticas injustas, colaborando para a alienação, a manipulação e a “formação” de consciências segundo interesses e objetivos inconfessos.

Ao contrário, a comunicação cristã atua para ajudar a impregnar a sociedade de valores humanos e evangélicos, para que haja mais vida e a “nossa alegria seja completa”: a alegria de anunciar e a alegria de quem consegue em-

prender um encontro verdadeiro e profundo com o Cristo, transformando-se e dando maior sentido à vida pessoal e social. Esse é o grande sentido da comunicação cristã, o qual é manifestado e vivenciado na liturgia, profunda comunicação entre os que se reúnem com toda a Igreja e com o Pai e o Filho, no vínculo de comunicação que é o Espírito. Na liturgia, as palavras “comunicar” e “comungar” são próximas e intercambiáveis, como se pode constatar em muitas fórmulas de orações do Missal.

Por isso é importante, além do cuidado de promover os meios de comunicação católicos e a pastoral da comunicação, não considerar a comunicação uma atividade setorial, a ser somada a todas aquelas que a obra da evangelização já inclui. Segundo a instrução pastoral *Aetatis Novae*, n. 17, “a comunicação tem, de fato, uma contribuição a dar a todos os aspectos da missão da Igreja”, todas as suas dimensões e estruturas precisam comunicar-se.

Para tanto, o cuidado pastoral com a comunicação nos impele a atentar ao que se passa na sociedade, estar bem informados. São necessárias atenção aos processos sociais e atenção crítica aos meios. Sabemos, por exemplo, que alguns meios hegemônicos no Brasil têm relações históricas com sistemas de poder econômicos e políticos que não se coadunam com o que pregamos como valores evangélicos. Mas é muito comum ver lideranças cristãs, sacerdotes e agentes de pastoral assumindo posições com base em pautas e informações distorcidas por esses meios. É preciso ter cuidado com a revista que se assina, com o jornal a que se assiste e com aquilo que se lê e ouve, porque fazer assinatura, promover a audiência e repetir os argumentos desses veículos ajuda a empoderá-los.

Pe. Jakson Ferreira de Alencar, ssp

Editor

Editora PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO
Diretor Pe. Claudiano Avelino dos Santos
Editor Pe. Jakson F. de Alencar – MTB MG08279JP
Equipe de redação Pe. Jakson F. de Alencar, Pe. Abramo Parmeggiani, Pe. Claudiano Avelino, Pe. Valdir de Castro, Pe. Paulo Bazaglia, Pe. Darci Marin
Ilustrações Luís Henrique Alves Pinto
Editores Fernando Tangi

Assinaturas assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789-4000 • FAX: 3789-4011
Rua Francisco Cruz, 229
Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP
Redação © PAULUS – São Paulo (Brasil) • ISSN 1809-2071
vidapastoral@paulus.com.br
www.paulus.com.br
www.paulinos.org.br
www.vidapastoral.com.br

Vida Pastoral – Assinaturas

A revista Vida Pastoral é distribuída gratuitamente pela Paulus editora às paróquias e instituições cadastradas no Anuário Católico do Brasil. A revista também é distribuída gratuitamente (1 exemplar por pessoa) na rede de livrarias Paulus.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livraria Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contribuição espontânea para as despesas postais. Para os que já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br

Tel.: (11) 3789-4000

Fax: (11) 3789-4004

Para a efetuação de assinaturas, enviar dados e cópia de comprovante de depósito da contribuição para despesas postais para: Revista Vida Pastoral – assinaturas
Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro
04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 0646-7, conta 5555-7

Bradesco: agência 3450-9, conta 1139-8

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de setembro, 61 –
Campina – (91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco I – Edifício
Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguará, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Praça Dom Adauto, S/N
Junto à Cúria – Centro
(83) 3221-5108
joaopessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Av. 7 de Setembro, 80
Rel. de S. Pedro
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – RAPOSO TAVARES

Via Raposo Tavares, Km 18,5
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br



A práxis cristã na cultura da comunicação

Valdir José de Castro, ssp*

No complexo ambiente atual da comunicação, o cristão é chamado não somente a colocar os instrumentos técnicos a serviço da evangelização, mas a levar para essa cultura um estilo de vida que inclui as atitudes de escuta, respeito e aceitação das pessoas nas suas realidades concretas, tendo como referência o modo de ser de Jesus de Nazaré.

* Padre paulino, graduado em jornalismo e teologia, mestre em Comunicação Social pela faculdade Cásper Líbero (SP) e em Teologia, com especialização em espiritualidade pela Universidade Gregoriana (Roma). Atualmente cursa doutorado em Comunicação na PUC-SP. É diretor da Faculdade Paulus de Comunicação. Publicou pela Paulus o livro *Uma espiritualidade para nosso tempo à luz do apóstolo Paulo*. E-mail: vcastro@paulus.com.br.

A comunicação é uma experiência humana fundamental. A necessidade de se comunicar fez o homem descobrir, dominar e aperfeiçoar técnicas de comunicação de modo a transformar o mundo. Hoje, a comunicação não se restringe à soma das várias tecnologias, mas se transformou numa cultura, num ambiente cada vez mais complexo.

Num mundo marcado por uma variedade de meios de comunicação impressos, eletrônicos e digitais, nem por isso a qualidade da comunicação tem melhorado. Como humanizar a comunicação, por meio da inculcação da fé cristã, num ambiente marcado pelas novas tecnologias que reduzem a comunicação ao seu aspecto instrumental?

1. A complexa realidade da comunicação

A comunicação é um tema abrangente que pode ser situado, pelo menos, em três âmbitos. O primeiro é a comunicação direta, presencial, entre duas ou mais pessoas. O outro é quando o emissor de uma central envia



a mensagem para um público ou massa anônima, como é o caso, por exemplo, da televisão, do jornal impresso e do rádio. O terceiro é o âmbito da comunicação digital, interfacial, virtual, que nasce da conexão na rede de computadores e que favorece a interatividade. São vários modos de comunicar, porém, que, no dia a dia, se complementam.

Nunca a comunicação foi um tema tão recorrente e funcionou de forma tão extensiva e intensiva como nos dias atuais. De modo especial, com a chegada das tecnologias da comunicação digital, especialmente a internet, com todos os seus recursos, o mundo ficou ainda mais ao alcance das mãos.

A variedade e a quantidade de instrumentos técnicos inventados pelo engenho humano, especialmente nas três últimas décadas, têm facilitado sobremaneira os contatos entre as pessoas e o acesso a uma variedade de conteúdos e informações. Com a proliferação dos celulares, a comunicação tornou-se ainda mais onipresente, passando a ser móvel e instantânea, revolucionando a noção de espaço e de tempo.

Se com o avanço das técnicas aumentaram as possibilidades de comunicação, não podemos afirmar com a mesma certeza em relação à sua qualidade. Ou seja, em geral, o consumo das tecnologias mais avançadas não tem levado as pessoas a uma comunicação mais eficiente. Este é um aspecto importante, uma vez que o objetivo deste artigo é aprofundar a comunicação na perspectiva cristã, que, antes de tudo, prima pela promoção de uma comunicação plenamente humana, em cuja base está a busca da qualidade dos relacionamentos.

2. O que, de fato, é comunicar?

Vivemos numa época privilegiada se olharmos o mundo na perspectiva do pro-

gresso referente aos meios de comunicação, especialmente com o advento dos meios digitais. Cada vez mais as pessoas, desde as mais simples, têm acesso àquilo que chamamos de “novas tecnologias”. Hoje, ter um celular ou estar na rede de computadores não é privilégio, embora muita gente continue excluída de seu usufruto. Passou a ser uma necessidade e até um direito.

Porém, não basta estar incluído no ambiente digital. É preciso também saber usar os instrumentos técnicos, de modo a colocá-los a serviço de uma melhor qualidade da comunicação. A televisão, o jornal, o rádio, o celular, as redes sociais, e tantos outros meios e formas de comunicação, sem dúvida, nos aproximam de quem está longe. No entanto, se não são usados de maneira apropriada, podem nos afastar de quem está perto.

No fundo do problema não está somente uma questão prática, mas uma situação que exige de nós uma reflexão mais profunda sobre o fenômeno da comunicação que, na sua base, contém a pergunta: o que, de fato, é comunicar? Como tornar a comunicação mais humana e cristã numa cultura na qual predomina a comunicação instrumental, que se atém à difusão de informações?

Na busca de respostas, é oportuno recordar que o primeiro significado de comunicação, surgido no século XII, nos remete à ideia de comunhão, de compartilhar (Wolton, 2007, p. 42). Somente a partir do século XVI é que a comunicação apareceu com o sentido de “transmitir”, “difundir”, inicialmente, com a chegada da imprensa e o surgimento dos livros e dos jornais e, depois, com a invenção do telefone, do rádio, do cinema, da televisão e da internet, sem esquecer o trem, o auto-

“com o avanço das técnicas aumentaram as possibilidades de comunicação, não podemos afirmar com a mesma certeza em relação à sua qualidade.”



móvel e o avião, meios de locomoção que tiveram um papel complementar fundamental (Wolton, 2007, p. 37).

No entanto, a comunicação não está na difusão em massa dos jornais, rádios, televisões, revistas, publicidades de rua e semelhantes; aí ela é apenas difusão. Alguém emite sinais ou informações e alguém os capta (Marcondes Filho, 2004, p. 15). Nem sempre está, igualmente, por exemplo, nas redes sociais, que podem se transformar apenas num lugar de exibição de dados pessoais, opiniões, fotografias etc. De fato, muitas pessoas aceitam que uma troca de mensagens por computador já é um diálogo, que o fato de transmitir o próprio rosto por câmera fotográfica doméstica é estar junto com o outro. Na realidade, alguém pode estar exibindo uma infinidade de dados pessoais ou ter milhares de “amigos” registrados em sua conta, como no caso do Facebook, e ter a sensação de estar sozinho.

Para compreender a comunicação numa perspectiva humana, é preciso ir além da ideia de difusão ou de intercâmbio de informações ou dados. Os computadores já fazem isso muito bem e até melhor do que os seres humanos, ao levarmos em conta a sua genial capacidade de armazenar quantidades de informação e a velocidade com que desenvolvem a interação.

A comunicação vai mais além. É espaço de comunhão. Não se limita à quantidade de informações que passamos ou recebemos, mas compreende o escutar, o expressar-se, o compartilhar as ideias, os sentimentos, os desejos e tudo o que nos define como seres humanos.

3. Por uma comunicação mais humana

A compreensão da comunicação do ponto de vista da comunhão supõe reconhecer o outro e ser reconhecido como “pessoa”. De fato, não existimos senão porque o outro, meu próximo, ou o outro, o social,

me dá existência. Sou determinada pessoa porque o outro me reconhece como tal (Maffesoli, 2003, p. 32). Sentir-se “pessoa” supõe necessariamente ser validado pelo outro. É uma questão de reconhecimento, que necessariamente está no início do processo da comunicação.

E quem, de fato, é o outro? O outro, para os meios de comunicação social, em geral, é o consumidor. Aquele que consome notícias, revistas, novelas, programas de auditório, publicidades e tudo o que gera lucro para as empresas. O outro, nas páginas da internet, especialmente nas redes sociais, é aquele que navega, visita, procura, posta fotografias e mensagens, que tem acesso às informações e conteúdos, que satisfaz a necessidade de ser reconhecido ou, pelo menos, de ser percebido.

O filósofo Berkeley já dizia, no século XVII, que “ser é ser percebido”. Nesse sentido, que excelente vitrine é a internet! Isso não significa que a internet não tenha a sua importância como lugar para fazer contatos com conhecidos e familiares, bem como para ampliá-los, além de ser espaço para os negócios, estudos, e acesso a uma infinidade de informações.

A comunicação humana, enquanto comunhão, supera a visão mercantilista do ser humano e mesmo a exposição narcísica. Também não se reduz à troca de informações, mas supõe criar um espaço vital entre os interagentes, no qual eles se sentem minimamente gratificados e satisfeitos em suas necessidades básicas de afeto, compreensão e aceitação. Supõe criar um ambiente comum em que os dois lados interagem e extraem de sua participação algo novo, inesperado, que não estava em nenhum deles, e que altera o estatuto anterior de ambos, apesar de as diferenças individuais se manterem (Marcondes Filho, 2004, p. 15). Se alguém, no mundo presencial ou virtual, chega a uma relação assim, já está no pro-



cesso da comunicação como comunhão, que supõe o esforço de escutar, respeitar e acolher o outro.

4. Três atitudes básicas da comunicação

A comunicação, do ponto de vista da comunhão, é um “processo”. Isso significa que não existe uma comunicação perfeita e acabada. Ela pode crescer ou regredir, pode ser interrompida ou reiniciada. Está ligada à situação existencial de cada pessoa, com suas alegrias e tristezas, com suas dificuldades e conquistas. Depende da situação psicológica de cada interlocutor ou da presença de ruídos na comunicação.

Porém, um dado é certo. A comunicação não se desenvolve se não há escuta. A “escuta” é um elemento fundamental. A escuta é uma das atitudes básicas sem a qual a comunicação não se dá de maneira eficiente. E o que significa escu-

tar? Antes de tudo, escutar não é simplesmente “ouvir”. Às vezes alguém pode ouvir outra pessoa e, mesmo assim, não escutá-la, preferindo ficar fechado nos seus pensamentos e permanecer em sua visão de mundo.

Escutar exige abertura ao outro. É ver o outro na sua situação existencial concreta, não como imaginamos ou queremos que ele seja, mas como, de fato, ele é. Muitos conflitos nas relações humanas se dão porque não há escuta e, por isso, as palavras são mal usadas. Quando há escuta, as palavras são elaboradas de maneira mais acertada, e podem evitar mal-entendidos e rupturas.

Escutar tem a ver com a percepção do outro, mas também com o silêncio. Silêncio e palavra são duas posturas que, se bem dosadas, contribuem para que o processo de comunicação flua de maneira serena. São “dois momentos da comunicação que se de-

vem equilibrar, alternar e integrar entre si para se obter um diálogo autêntico e uma união profunda entre as pessoas. Quando palavra e silêncio se excluem mutuamente, a comunicação deteriora-se porque provoca um certo aturdimento ou, no caso contrário, cria um clima de indiferença; quando, porém, se integram reciprocamente, a comunicação ganha valor e significado” (Bento XVI, 2012).

Além da escuta, outra atitude básica da comunicação é o respeito. Respeitar o outro significa aceitá-lo, considerando as diferenças pessoais. O respeito supõe a libertação de todos os preconceitos de sexo, raça, religião, cultura etc. Podemos não aceitar as ideias de alguém, mas não é por isso que iremos rejeitar a sua pessoa e desprezar a sua dignidade.

Onde não há respeito, não há acolhida, outra atitude básica da comunicação. Acolher é sair de si mesmo. É ir em direção ao outro. É estar aberto para aceitá-lo como ele é. O “sair” não só leva a pessoa ao encontro do outro, mas é também uma atitude salutar. Sem “sair” não há descoberta nem do mundo nem dos outros.

É assim que os cristãos são chamados a se relacionar, na perspectiva da comunicação como comunhão, a exemplo de Jesus. Ele soube escutar, respeitar e acolher as pessoas nas suas situações existenciais. Saiu de si mesmo e foi em direção das pessoas, especialmente das mais necessitadas de amor, afeto, perdão, solidariedade, pão, justiça e paz.

O estilo cristão de comunicar

Por “estilo” entendemos “um modo de vida”, “procedimento”, “atitude”, “maneira de ser”. Os cristãos dos primeiros séculos eram reconhecidos não tanto pelo conjunto

“A comunicação não se limita à quantidade de informações que passamos ou recebemos, mas compreende o escutar, o expressar-se, o compartilhar as ideias, os sentimentos.”



de leis e doutrinas que conheciam a nível teórico, mas pelas ações que praticavam inspiradas em Jesus de Nazaré.

Desde o início do cristianismo, comunicação e práxis são duas realidades que se complementam. O que é a boa notícia senão a comunicação da Palavra de Deus com o próprio testemunho de vida? De fato, Jesus havia dito que todos reconheceriam quem eram seus discípulos se amassem uns aos outros, se comunicassem amor e respeito reciprocamente, na prática.

Jesus dá o exemplo com sua vida dedicada totalmente ao anúncio da boa-nova, marcada por gestos que comunicavam os sinais da presença do reino de Deus no mundo. Recordemos que,

com frequência, o ensinamento de Jesus adquiriria a forma de parábolas e histórias vívidas, expressando verdades profundas com termos simples, quotidianos. Não só as suas palavras, mas também as suas obras, especialmente os seus milagres, eram atos de comunicação que indicavam a sua identidade e manifestavam o poder de Deus. Nas suas comunicações, demonstrava respeito pelos seus ouvintes, simpatia pela sua condição e necessidades, compaixão pelos seus sofrimentos e determinação em dizer-lhes o que eles precisavam ouvir, de maneira a chamar a sua atenção e a ajudá-los a receber a sua mensagem, sem coerção nem arranjo, sem decepção nem manipulação. Ele convidava os outros a abrirem a própria mente e coração, consciente de que este era o modo de atraí-los a ele e ao seu Pai (*Ética nas comunicações*, n. 32, 2000).

Jesus viveu a comunicação como comunhão com homens, mulheres, crianças, especialmente com os mais sofridos e esquecidos da sociedade. Na sua missão, escutou,

Por que os monges vivem mais A sabedoria dos mosteiros para corpo, alma e espírito

Manfred Böhm



192 págs.

O teólogo Manfred Böhm apresenta um panorama do dia a dia e da espiritualidade dos monges e monjas, mostra como podemos tirar proveito de um ritmo de vida constante, da proximidade da natureza e da vida comum.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Imagem: emmanuel/illustrations.



respeitou e acolheu as pessoas nas suas situações concretas. Buscou oferecer uma melhor qualidade de vida espiritual, material, psicológica e social. Viveu um estilo de vida no qual toda ela era comunicação que gerava comunhão.

5. A Igreja na cultura da comunicação

O cristão tem a Bíblia como importante fonte de espiritualidade. Toda a revelação bíblica é comunicação por excelência. Deus se comunica porque rompe o silêncio. Não somos nós a buscar Deus, é ele que nos procura. Ou seja, na raiz está a Palavra de Deus que parte por primeiro, que rompe o silêncio. No princípio está a “Palavra”, como diz o Evangelho de João, que é a comunicação de Deus. E Deus, na sua essência – Pai, Filho e Espírito Santo – é comunicação, é comunhão.

Jesus é a Palavra de Deus que se faz carne, que vem ao mundo anunciar a boa notícia. A boa notícia, que foi a atividade principal de Jesus, é também a tarefa da Igreja, a comunidade dos seus discípulos e discípulas. A boa notícia não se restringe à palavra de Jesus repetida aleatoriamente, mas transformada em ação a favor da vida, a ser entranhada no campo pessoal, comunitário e social, em cuja peleja a comunicação tem papel fundamental.

Em comunidade, os cristãos são chamados, hoje, a viver a comunicação como comunhão, numa cultura complexa, na qual estão presentes os meios de comunicação impressos, eletrônicos e digitais. A Igreja é consciente de que

os meios de comunicação constituem bem mais que simples instrumentos: são

verdadeiros agentes de uma nova cultura, de uma nova linguagem. Possuem inevitável consequência antropológica e social, ou seja, condicionam a existência, a mentalidade e as relações das pessoas (CNBB, 2011, p. 10).

A Igreja reconhece que não é suficiente usar os meios de comunicação para difundir a mensagem cristã, mas é necessário integrar a mensagem nesta nova cultura, criada pelas modernas comunicações (*Redemptoris Missio*, n. 37c). Não é suficiente a

elaboração de programas de rádio ou televisão, ou mesmo *sites*, com conteúdos religiosos. É necessário ir muito mais além.

Como afirma o papa Bento XVI, falando especificamente do ambiente digital, na mensagem para o 45º Dia Mundial das Comunicações Sociais, “comunicar o evangelho através dos novos *midia* significa não só inserir conteúdos declaradamente religiosos nas plataformas dos diversos meios, mas também testemunhar com coerência, no próprio perfil digital e no modo de comunicar, escolhas, preferências, juízos que sejam profundamente coerentes com o evangelho, mesmo quando não se fala explicitamente dele”. E continua: “Segue-se daqui que existe um estilo cristão de presença também no mundo digital: traduz-se numa forma de comunicação honesta e aberta, responsável e respeitadora do outro” (Bento XVI, 2011).

É preciso buscar, então, desenvolver a dimensão humana da comunicação, inspirada em Jesus, numa cultura em que triunfa a sua dimensão instrumental dominada pela difusão de informações. É preciso criar um estilo cristão de ser, de agir, de comuni-

“Desde o início do cristianismo, comunicação e práxis são duas realidades que se complementam.”



car. Isso significa viver nas relações interpessoais a comunhão que subentende, dentre outras atitudes, a escuta, o respeito e a acolhida do outro.

Conclusão

Evidentemente, a comunicação, em perspectiva humana e cristã, pode ser vista sob vários ângulos. Este artigo buscou delimitar o tema e refletir a comunicação especificamente do ponto de vista da comunhão, numa cultura tecida por uma variedade de meios impressos, eletrônicos e digitais que, não obstante sejam positivos e necessários, também dispersam e fragmentam as relações humanas, dependendo da maneira como são usados.

No atual ambiente comunicacional, a mídia tradicional não somente convive com a digital, mas converge para essa. Os meios de comunicação de massa convivem com a forte interatividade multimidiática, cujo símbolo é a internet. Essa cultura está gerando novos modos de comunicar, novas linguagens e novas atitudes psicológicas.

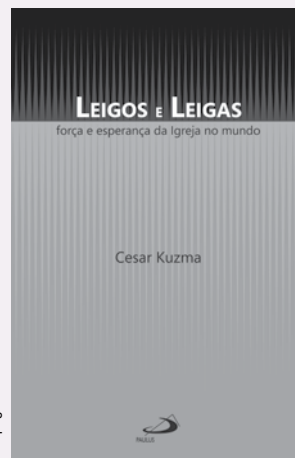
As tecnologias da comunicação têm possibilitado contatos rápidos e simultâneos, assim como têm favorecido a troca de informações com os recursos do som, da imagem, da escrita, mas nem por isso a sua qualidade tem melhorado. As pessoas não têm se entendido melhor porque consomem as novidades digitais que o mercado oferece a cada dia.

O assunto referente à qualidade da comunicação tem tudo a ver com a missão evangelizadora da Igreja, cujo objetivo é humanizar, à luz da vida e missão de Jesus, o mundo das relações humanas. No entanto, esse escopo somente poderá ser alcançado quando a comunicação, em todos os seus aspectos, puser o ser humano no centro, ou seja, quando todo o sistema de mídia for colocado a serviço da pessoa humana e não o contrário. Isso significa favorecer as relações

Leigos e Leigas

Força e esperança da Igreja no mundo

Cesar Kuzma



Os leigos, homens e mulheres, constituem parte importante da Igreja e possuem rostos próprios. Suas interrogações devem ser ouvidas e aproveitadas, porque trazem para dentro da Igreja o olhar íntegro da sociedade.

Imagem: emmentali/illustrations.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





humanas a partir de atitudes concretas, dentre estas, a escuta, o respeito e a acolhida, que geram comunhão. De fato,

a “comunhão” atualiza-se mediante processos que implicam um dizer (anúncio) e um fazer (celebração e relações). Por força de tais processos, realiza-se uma dilatação da experiência originária de estar com Jesus, até incluir-se toda a humanidade (CNBB, 2011, n. 37).

A Igreja, entendida como a comunidade dos discípulos e discipulas de Jesus, não se reduz a transmissora da fé, mas faz parte da sua missão crescer na comunicação, desde dentro. Nesse sentido, ela é chamada a pôr-se em “religiosa escuta” da Palavra, reconhecendo-a como dom a

partilhar com todos os homens e mulheres (CNBB, 2011, 27), no contexto cultural em que esses vivem.

No complexo ambiente atual da comunicação, o cristão é chamado não somente a colocar os instrumentos técnicos a serviço da evangelização, mas a levar para essa cultura um estilo de vida que inclui as atitudes de escuta, respeito e aceitação das pessoas nas suas realidades concretas, tendo como referência o modo de ser de Jesus de Nazaré, o “comunicador perfeito”. Isso significa empenhar-se para uma melhor qualidade de vida, a partir de uma comunicação inspirada nos

“A Igreja, entendida como a comunidade dos discípulos e discipulas de Jesus, não se reduz a transmissora da fé, mas faz parte da sua missão crescer na comunicação, desde dentro.”

valores cristãos que orientam os sentimentos, os desejos, os projetos, as expectativas e o tempo, levando a viver com responsabilidade a própria vida e as relações que a tecem. ●

Referências

BENTO XVI. *Verdade, anúncio e autenticidade de vida, na era digital*. Mensagem para o 45º Dia Mundial das Comunicações Sociais, 05/06/2011.

_____. *Silêncio e Palavra: caminho de evangelização*. Mensagem para o 46º Dia Mundial das Comunicações Sociais, 20/05/2012.

CNBB. *A comunicação na vida e missão da Igreja no Brasil*. Estudos da CNBB n. 101. São Paulo: Paulus, 2011.

JOÃO PAULO II. Encíclica *Redemptoris Missio*, 07/12/1990.

MAFFESOLI, Michel. *O instante eterno. O retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. São Paulo: Editora Zouk, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?* São Paulo: Paulus, 2004, p. 15.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. *Ética nas comunicações*, 04/06/2000.

SANTAELLA, Lúcia. *Navegar no ciberespaço. O perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulus, 2004.

WOLTON, Dominique. *Pensar a comunicação*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.



As dez estratégias de manipulação midiática

Noam Chomsky*

O texto apresenta uma síntese clara e precisa das ideias que o autor; referência no tema, trata de forma mais extensa e aprofundada em livros, palestras e artigos, em especial no livro escrito em parceria com Edward Herman, A manipulação do público, no qual os autores exploram o tema com profundidade e muitos estudos de caso.

*Linguista, filósofo e ativista sociopolítico mundialmente conhecido. Professor de Linguística no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (EUA). Uma parte importante do seu trabalho é a análise dos meios de comunicação de massa, de suas estruturas, de suas restrições e do seu papel no apoio aos interesses das grandes empresas e estruturas de poder capitalistas.

Diferentemente dos sistemas políticos totalitários, nos quais a força física pode ser facilmente usada para coagir a população como um todo, as sociedades mais democráticas valem-se de meios de controle mais suaves e que passam despercebidos para a maioria, mas que são muito eficazes. A seguir, veremos em que consistem as dez estratégias de maneira detalhada, como influem na hora de manipular as massas e em que são baseadas.

1. A estratégia da distração

O elemento primordial do controle social é a estratégia da distração, que consiste em desviar a atenção do público dos problemas importantes e das mudanças decididas pelas elites políticas e econômicas, mediante a técnica do dilúvio ou inundação de contínuas distrações e de informações insignificantes. A estratégia da distração é igualmente indispensável para



Só Deus é bom!

As memórias de um jovem rico

Carlos Mesters



O livro instiga como o jovem rico, a quem demos o nome de Tiago, encontrou-se com Jesus na Galileia, como se sentiu interpelado por ele e acabou aderindo à Boa-nova do Reino através de um longo processo de conversão.

Imagem: memórias (te) ilustrações.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



impedir que o público se interesse pelos conhecimentos essenciais, na área da ciência, da economia, da psicologia, da neurobiologia e da cibernética. Manter a atenção do público distraída, longe dos verdadeiros problemas sociais, cativada por temas sem importância real. Manter o público ocupado, ocupado, ocupado; sem nenhum tempo para pensar.

2. Criar problemas e depois oferecer soluções

Esse método também é denominado “problema-reação-solução”. Cria-se um problema, uma “situação” prevista para causar certa reação no público a fim de que este seja o mandante das medidas que desejam que sejam aceitas. Por exemplo: deixar que se desenvolva ou intensifique a violência urbana, ou organizar atentados sangrentos, a fim de que o público seja o demandante de leis de segurança e políticas em prejuízo da liberdade. Ou também: criar uma crise econômica para forçar a aceitação, como um mal menor, do retrocesso dos direitos sociais e o desmantelamento dos serviços públicos.

3. A estratégia da gradualidade

Para fazer com que uma medida inaceitável passe a ser aceita, basta aplicá-la gradualmente, a conta-gotas, por anos consecutivos. Dessa maneira, condições socioeconômicas radicalmente novas (neoliberalismo) foram impostas durante as décadas de 1980 e 1990. Estado mínimo, privatizações, precariedade, flexibilidade, desemprego em massa, salários que já não asseguram ingressos decentes, tantas mudanças que teriam provocado uma revolução se tivessem sido aplicadas de uma só vez.

4. A estratégia de diferir

Outra maneira de forçar a aceitação de uma decisão impopular é apresentá-la como

“dolorosa e desnecessária”, obtendo a aceitação pública, no momento, para uma aplicação futura. É mais fácil aceitar um sacrifício futuro do que um sacrifício imediato. Primeiro, porque o esforço não é empregado imediatamente. Logo, porque o público, a massa, tem sempre a tendência a esperar ingenuamente que “tudo irá melhorar amanhã” e que o sacrifício exigido poderá ser evitado. Isso dá mais tempo ao público para acostumar-se à ideia de mudança e aceitá-la com resignação quando chegar o momento.

5. Dirigir-se ao público como se fossem menores de idade

A maior parte da publicidade dirigida ao grande público utiliza discursos, argumentos, personagens e entonação particularmente infantis, muitas vezes próximos à debilidade mental, como se o espectador fosse uma pessoa menor de idade ou portador de distúrbios mentais. Quanto mais tentam enganar o espectador, mais tendem a adotar um tom infantilizante. Por quê? “Se alguém se dirige a uma pessoa como se ela tivesse 12 anos ou menos, em razão da sugestionabilidade, então, provavelmente, ela terá uma resposta ou reação também desprovida de um sentido crítico.”¹

6. Utilizar o aspecto emocional mais do que a reflexão

Fazer uso do aspecto emocional é uma técnica clássica para causar um curto-circuito na análise racional e, finalmente, no sentido crítico dos indivíduos. Por outro lado, a utilização do registro emocional permite abrir a porta de acesso ao inconsciente para implantar ou enxertar ideias, desejos, medos e temores, compulsões ou induzir comportamentos.

¹ Cf. *Armas silenciosas para guerras tranquilas*: <<http://pt.scribd.com/doc/51227265/ARMAS-SILENCIOSAS-PARA-GUERRAS-TRANQUILAS>>.

A ditadura continuada Fatos, factoides e partidarismo da imprensa na eleição de Dilma Rousseff

Jakson de Alencar



A obra relembra o apoio da mídia ao golpe militar, os laços da imprensa com o autoritarismo quando Dilma Rousseff concorreu à presidência do país. Destaca blogs que enfraqueceram a forma autoritária de cobertura da eleição.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





7. Manter o público na ignorância e na mediocridade

Fazer com que o público seja incapaz de compreender as tecnologias e os métodos utilizados para seu controle e sua escravidão. “A qualidade da educação dada às classes sociais menos favorecidas deve ser a mais pobre e medíocre possível, de forma que a distância da ignorância que planeja entre as classes menos favorecidas e as classes mais favorecidas seja e permaneça impossível de alcançar” (Cf. *Armas silenciosas para guerras tranquilas. Ibidem*).

8. Estimular o público a ser complacente com a mediocridade

Levar o público a crer que é moda o fato de ser estúpido, vulgar e inculto.

9. Reforçar a autculpabilidade

Fazer as pessoas acreditarem que são culpadas por sua própria desgraça, devido à pouca inteligência, por falta de capacida-

de ou de esforços. Assim, em vez de rebelar-se contra o sistema econômico, o indivíduo se autodesvalida e se culpa, o que gera um estado depressivo, no qual um dos efeitos é a inibição de sua ação. E sem ação, não há revolução!

10. Conhecer os indivíduos melhor do que eles mesmos se conhecem

No transcurso dos últimos cinquenta anos, os avanços acelerados da ciência têm gerado uma brecha crescente entre os conhecimentos do público e os possuídos e utilizados pelas elites dominantes. Graças à biologia, à neurobiologia e à psicologia aplicada, o “sistema” tem desfrutado de um conhecimento avançado do ser humano, tanto no aspecto físico quanto no psicológico. O sistema conseguiu conhecer melhor o indivíduo comum do que ele a si mesmo. Isso significa que, na maioria dos casos, o sistema exerce um controle maior e um grande poder sobre os indivíduos, maior do que o dos indivíduos sobre si mesmos. ●

LITURGIA DIÁRIA

O periódico LITURGIA DIÁRIA facilita o contato com a Palavra de Deus na liturgia e na leitura pessoal; favorece uma melhor assimilação e compreensão da liturgia da missa.

As edições são mensais e trazem as leituras e orações da missa de cada dia, comentários, preces, pequenas biografias dos santos das memórias a serem celebradas, partes fixas da missa, orações eucarísticas e roteiros de outras celebrações.

Para fazer assinatura entre em contato com o setor de assinaturas da Paulus:

Tel.: (11) 3789-4000 ● 0800-164011

E-mail: assinaturas@paulus.com.br



Magistério de todos, à luz da reflexão teológica de Edward Schillebeeckx

Junior Vasconcelos do Amaral*

A temática Magistério de Todos é ainda hoje muito discutida. Em outras palavras trata-se do sensus fidelium, o sentido da fé dos fiéis, homens e mulheres, que creem em Jesus Cristo e o seguem no caminho do discipulado, assumindo a cruz de cada dia. Schillebeeckx, teólogo renomado do século XX, nos ajuda a compreender a missão de todos os batizados e batizadas no anúncio de Jesus Cristo, salvador da humanidade.

*Presbítero da Diocese de Uberlândia e Bolsista da CAPES/ Prosup e Doutorando em Teologia Sistemática pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – de Belo Horizonte, onde também curou seu mestrado e graduação em Teologia. Participa do grupo de estudos *Bíblia em leitura cristã*, vinculado ao CNPq. Email: jvsamaral@yahoo.com.br

Introdução

O presente ensaio visa a compreender o sentido teológico do termo *magistério dos fiéis*. Para isso, faz-se oportuno visitar a reflexão do teólogo belga Edward Schillebeeckx, sobremaneira na terminologia teológica *sequela Jesu* (“*seguimento de Jesus*”). Ele, no artigo *Magistério de Todos: reflexão sobre a estrutura do Novo Testamento*, reflete sobre a pertinente temática: magistério dos fiéis. dessa maneira, o presente texto, partindo da reflexão do teólogo referido, pretende averiguar a relação existente entre o Magistério dos fiéis e o Magistério oficial da Igreja, bem como compreender a *communio* entre a autoridade de fé dos leigos e a autoridade de fé do Magistério oficial da Igreja.

1. Magistério dos fiéis

De acordo com Schillebeeckx (1985. p. 16), falar sobre um “Magisté-



rio” dos fiéis tem em si algo não lógico, contraditório. Para ele, há que se distinguir duas formas de autoridade: a primeira, autoridade na Igreja, a comunidade dos fiéis; a segunda, autoridade doutrinária da Igreja oficial, o Magistério. Aquela constitui-se autoridade doutrinária de todos os fiéis; esta, por sua vez, como magistério oficial de alguns, compõe-se pelo colegiado episcopal e o Papa. O magistério dos fiéis encontra-se em nível distinto daquele oficial, que faz memória do apóstolo Pedro em comunhão com os Onze, e nunca sem eles.

O magistério dos fiéis e o magistério oficial têm juntos função normativa, crítica e complementar. Ambos, em comum união, a *communio* ou *koinonia*, buscam compreender o conteúdo doutrinário da Igreja em conformidade com o Espírito de Cristo Ressuscitado.

Para chegar à compreensão desta *communio* entre magistério dos fiéis e magistério oficial, o autor analisa as estruturas da narrativa bíblica. Faz-se mister interpretar o que a Escritura Sagrada têm a dizer sobre a autoridade dos fiéis, a fim de entender o sentido do serviço que esta autoridade realiza na Igreja.

Schillebeeckx parte da premissa teológica *sequela Jesu*, “seguimento de Jesus” em relação à comunidade. Para ele, não somente o Antigo Testamento, mas também os próprios discípulos de Jesus – seguidores de Jesus – definem a pessoa de Jesus, como também a segunda e a terceira gerações de cristãos

ajudam a entender a autoridade dos anteriores, apóstolos e profetas, sobre os quais lembra Paulo: “Vós pertenceis ao edifício que tem como alicerce os apóstolos e os profetas; e o próprio Jesus Cristo é a pedra principal da construção” (Ef 2,20).

Jesus, o Galileano, aparece na história dos homens – há que se vislumbrar o sentido de *eventum* na vida de Jesus – e, após sua morte, foi reconhecido, por seus seguidores, como “Messias”. Muitas pessoas o acolheram como o Cristo, o ungido; outras, por sua vez, o rejeitaram, levando-o a execução e

morte violenta na cruz. O Novo Testamento é uma teologia reflexiva da pessoa de Jesus de Nazaré, isto é, pós-Pascal. Dele não se possui nenhuma outra “documentação” direta, apenas um retrato transmitido por seus seguidores, os discípulos e os

Doze. Assim, a *sequela Jesu* é o único documento que Jesus deixou à humanidade, seu próprio “ícone”, diz Schillebeeckx. Portanto, o seguimento, o discipulado de Jesus, vivido por todos os cristãos, testifica e credita as palavras (*verba*) e gestos (*gesta*) de Jesus, que são reproduzidos na história humana.

Os seguidores da “segunda hora” buscam entender o que Jesus significou para os primeiros discípulos. O relato dos primeiros chega à comunidade de fé atual, *ressonantemente*, através do “Novo Testamento”. No relato escriturístico, averigua-se o impacto ocasionado com o advento de Jesus na vida dos homens. A Palavra de/sobre Jesus ocasiona em seus leitores-ouvintes os efei-

“O magistério dos fiéis encontra-se em nível distinto daquele oficial, que faz memória do apóstolo Pedro em comunhão com os Onze, e nunca sem eles.”



tos e impactos de transformação/meta-noia/práxis evangélica¹.

O Cristianismo, de acordo com o autor, consiste num processo incessante de interpretação do Evento Jesus de Nazaré. O Cristianismo se destacou na história como uma identidade, que se fez através de todas as experiências e concepções teóricas diferentes, de discípulos, profetas, catequistas, teólogos, doutores, santos, homens e mulheres.

O Novo Testamento é portador de uma mensagem nova: o Reinado de Deus. Havendo, assim, uma relação bastante estreita entre Jesus e a mensagem de seu Reino que vem.

Jesus anuncia a libertação. Ele, em sua vivência libertadora, comunica a existência do Deus libertador, do Deus da Salvação. A identidade de Jesus deve ser deduzida a partir e por meio da salvação que ele confere aos homens e mulheres de sua época. Na conversão dos pecadores, na cura dos doentes, na libertação dos cativos, no sentido para os desesperados. O testemunho neotestamentário consiste em uma resposta essencial à pergunta de Jesus: “Quem dizem os homens que eu sou?” (Mc 8,29). A *sequela Jesu*, nunca separada da interpretação posterior, representa a mediação histórica entre o tempo de Jesus e a

geração contemporânea. Neste sentido, segundo Schillebeeckx os fiéis têm “autoridade para falar na Igreja”: através da iluminação do Espírito Santo.

A ressurreição de Jesus dentre os mortos, fato escatológico novo realizado por Deus, significa a autenticação da vida do Filho. Ele firma com seu selo e condena tudo aquilo que os homens fizeram e ainda fazem a Jesus e a outros homens. A ressurreição do Filho, Pentecostes, “surgimento da comunidade cristã de Deus” que “vive do Espírito” e o testemunho do Novo Testamento definem um ao outro mutuamente. Portanto, é na *sequela Jesu* que se transpõe Cristo morto e ressuscitado. A autoridade de Jesus é confirmada através de suas pegadas.

Para Schillebeeckx, as gerações posteriores à *sequela Jesu* fazem uma experiência pneumático-cristológica. No batismo, percebem que Deus não abandonou Jesus na morte, mas o tornou Espírito que dá a vida (1Cor 15,45). Os batizados em Jesus são também pneumáticos. Esta visão, pneumático-cristológica, era muito difundida no cristianismo antigo. Eles se vêem solidários e iguais “no Espírito” (At 2,17-18; 2Cor 5,17), se sentem viventes “no e pelo Espírito” (Gl 5,25; 6,15), acreditam ser “novas criaturas” (Gl 6,15; 2Cor 5,17).

Todos os batizados formam um único povo profético e pneumático de Deus; uma comunidade de pessoas iguais sem relação de domínio (Gl 3,27-29), apesar de não se excluir certa coordenação. Na tradição pós-paulina, exemplo desta teologia pneumático-cristológica, se refere à Igreja edificada nos fundamentos dos “apóstolos e dos profetas” (Ef 2,20).

“O poder do Espírito” é palavra-chave para interpretar esta teologia

¹ O relato da Paixão de Jesus constitui o momento culminante da trajetória narrativa dos evangelistas, o *cerne* da tradição sobre Jesus. A leitura atenciosa, que leva em consideração a *memória* Jesus e os efeitos (afecção) produzidos pela leitura, possibilita colher o fundamental da narrativa evangélica, a ação de Deus na vida do mártir Jesus de Nazaré, a essência do fato fundamental narrado pelos Evangelhos. De acordo com Carlo Maria Martini, há uma linha meditativa que poderia chamar-se *histórico-afectiva*, da *Via Crucis*, por exemplo, que se baseia nos evangelhos ou também em tradições, interpretações, cenas desenvolvidas, que concretizam o caminho de Jesus ao Calvário. Martini entende por linha *afectiva* a “participação íntima, pessoal, nos sofrimentos, principalmente nos sofrimentos do homem tal como aparecem”. Cf. MARTINI, C. M. *Los relatos de la pasión*. Meditaciones. 2. ed. Madrid: San Pablo. 1994. p. 30-31.



posterior, que atinge os Padres, chegando até a Reforma Gregoriana.

Autoridade não oficial

O apóstolo Paulo e Barnabé foram enviados como profetas e doutores em missão, pela Igreja de Antioquia (At 13,1-3). Lá existiam profetas e doutores (*didaskaloi*) como coordenadores. Para Schillebeeckx, (1985, p. 22) os documentos históricos, até o III século, afirmam que estes “doutores na fé” podiam ser ordenados ou não. Tornavam-se doutores não por mandato, mas por iniciativa própria. A *Tradição Apostólica*, atribuída a Hipólito de Roma, diz de “doctores”, seja como clérigos ou leigos, sem distinção. Para a iniciação na fé bastava o batismo no Espírito Santo, e o dom do Espírito Santo agia mais em alguns fiéis que em outros. A história do leigo Orígenes, que depois foi obrigado a se ordenar presbítero como relata Eusébio e Jerônimo, deixa claro este ministério de “doutores”, que passou a ser ordenados. Schillebeeckx afirma que a história do leitorado como função ordenada confirma a clericalização do “magistério” na Igreja. “O magistério foi reduzido exclusivamente ao santo ofício da doutrina” (SCHILLEBEECKX, 1985, p. 22).

No auge da Idade Média se distinguirá “magistério” dos “doctores” e “santo ofício” da doutrina do papa e dos bispos – esta última chamar-se-á “*cathedra pastoralis*”, enquanto o magistério dos teólogos será chamada de “*cathedra magistralis*”. Os teólogos medievais consideravam-se “doctores” independentes da autoridade eclesial.

Eram presbíteros, mas seu magistério não se pautava na ordenação ou mandato, mas por titulação universitária. Aceita-se um magistério não oficial, mas se vê uma outra designação limitada do “magistério comum dos fiéis”, chamada de estudiosos, que para S. Tomás, baseado em Dionísio, são os intérpretes da Revelação divina. Tal revelação só atingirá as camadas mais pobres da sociedade medieval através de um superior, capaz de transmitir aquilo que aprendeu.

Segundo Schillebeeckx, alguns leigos se destacam neste cenário, excepcionalmente, por causa de suas obras doutrinárias. Estes são chamados “doutores da Igreja”, como por exemplo, Santa Teresa de Ávila, Santa Catarina de Sena e outras. Tais doutores apontam o que está nos batizados: há fora do Magistério oficial e do magistério científico dos teólogos, um Magistério doutrinário na Igreja, extra-oficial.

O Iluminismo, por sua vez, definiu ainda mais o conceito de Magistério, que foi exclusivamente reservado à autoridade oficial na Igreja.

Neste sentido, nos dias hodiernos, a compreensão de Magistério ainda é emblemática. De acordo com o autor, a autoridade oficial deve-se abrir a autoridade não oficial: “da humanidade sofredora”, como é o caso da América Latina, do Oriente da África. Há que se resgatar, portanto, a compreensão antiga das palavras gregas “*pathein*” (sofrer) e “*mathein*” (aprender). A partir do sofrimento e situações emergenciais, e sob a luz da memória da *sequela Jesu*,

“Como construir uma
comunhão (*communio*)
autêntica entre magistério
dos fiéis na Igreja e
magistério oficial da Igreja?”



do relato bíblico de Jesus de Nazaré, surge uma nova práxis cristã; cresce o consenso entre o povo cristão de tornar-se sujeito de sua expressão de fé. Aos teólogos cabe somente prestar assistência a este povo, diz Schillebeeckx.

Uma questão exprime a dúvida a este nível da reflexão: como construir uma comunhão (*communio*) autêntica entre magistério dos fiéis na Igreja e magistério oficial da Igreja, a fim de salvaguardar o mistério da Igreja que está em transmitir a Boa Nova da Salvação?

2. Magistério oficial a serviço da Igreja

Faz-se necessário, a este nível do ensaio, propugnar uma definição mais clara para a palavra Magistério. Pois, tal palavra, durante muitos séculos, significou um problema para a teologia católica.

De acordo com Lauret (1993, p. 513), “magistério” correspondente ao termo latino “*magisterium*” é (como também *magister*) derivação de *magis* (major) em contraste com *minus* (minor), indicando, portanto, a relação de autoridade ou superioridade de uma pessoa ou instância com referência a outras pessoas ou instâncias a ela subordinada.

Essa origem semântica aponta para uma evolução no sentido de ser Igreja. Subsiste, pois, nexos entre as mudanças no ofício de ensinar e as mudanças da Igreja (tanto *ad intra* quanto *ad extra*): em especial se mencionam a acentuação dos aspectos hierárquicos (superioridade dos clérigos sobre os leigos, dos varões sobre as mulheres), a distinção entre Igreja “docente” e Igreja “ouvinte” ou “discente”, o desenvolvimento de um poder de ensinar (*potestas magisterii*) distinto do poder de ordem ou de jurisdição e a definição-proclamação do

dogma da *infallibilidade* do magistério papal, no Vaticano I (1870). Sob Pio XII chegou-se a um significado bastante restritivo do conceito de magistério: continua-se a falar somente no singular: *magistério* do papa.

Segundo Lauret (1993, p. 513), esta compreensão extremamente restrita de magistério corria paralelo a uma definição igualmente restrita de teologia, que se via fixada no ensinamento neotomista, cortado de suas raízes históricas e imposto a Igreja. Os leigos, por sua vez, tinham uma função passiva e receptiva. Os teólogos eram sujeitados a acolher as declarações do magistério, que assumia gradativamente uma postura mais defensiva com referência ao mundo moderno.

O magistério oficial, invocando sua autoridade pastoral, busca impor o seu modo de ver, com frequência, defende uma teologia particular que, no pluralismo atual, é passível de discussão; por outro lado, os teólogos procuram valer sua responsabilidade científica, mas com isso põem em questões linhas de orientações pastorais e alguns contornos da tradição. Ambos se expõem ao risco de fazerem uma caricatura do terceiro fator em sua polêmica: os interesses do povo de Deus, que também é dirigido pelo Espírito (LAURET, 1993, p. 513).

O Concílio Vaticano II (1962-1965) não resolveu este difícil dilema, mas lançou bases para a definição e uso pelo magistério. Em primeiro lugar, restituiu ao Povo de Deus o lugar que lhe cabe e lembra que ele “não pode enganar na fé”, quando “desde os bispos até aos últimos fiéis leigos expressa seu acordo geral em verdades de fé e costumes” (LG 12). Em seguida, esclarece que o sujeito do mais alto magistério é o Romano Pontífice em indissolúvel união com o colégio dos bispos e ele se subor-



dina ao serviço da palavra de Deus (DV 10; LG 25). Por fim, destaca a necessidade de abertura ao trabalho teológico (GS 44,62; GE 10,11).

O Vaticano II fez as duas coisas: declarou a infalibilidade do povo de Deus, ou dos fiéis, e a infalibilidade do magistério, representado pelo papa e pelos bispos, de acordo com H. Fries (FRIES, 1985, p. 91).

Para Fries, o concílio, no entanto, não indicou a interação exata destes dois modos de infalibilidade. Também não foi indicada nenhuma conexão, relacionando o testemunho da fé por parte dos fiéis com o magistério formado pelo papa e os bispos.

Acentua-se, decerto, que esse magistério se relaciona com a fé da Igreja inteira, pois permite a ela expressar sua fé, e que as instâncias do magistério devem certificar-se a respeito dessa fé por todos os meios disponíveis.

Pode-se afirmar, à guisa de esclarecimento, que o magistério autêntico visa a servir a Igreja em sua totalidade. O magistério episcopal pretende cuidar da autenticidade da pregação do Evangelho, apoiando-se no *sensus fidelium*, de que também participa, apelando à *regula fidei* (LAURET, 1993, p. 516), à norma da fé. Para o magistério, não basta um *corpus* doutrinal e uma prática aceita como autêntica, mas são necessários também uma instituição e um procedimento de controle, afirma Laurent. No processo de *traditio e receptio*, vale também a contribuição do *sensus fidelium*. Desde uma carta de Pio IX ao bispo local de Munique no ano de

1863, tornou-se corrente distinguir o magistério *ordinário* e *universal* de todo o episcopado e o magistério *extraordinário* primeiramente dos concílios e desde 1870 também do papa com sua infalibilidade *ex cathedra*.

O magistério, que passou por bruscas transformações, tanto em nível histórico quanto teológico, não pode deixar de ser pensado na lógica do ministério, do serviço enquanto diaconia

do Reino. O magistério não deve, em sua essência e teleologia, prescindir da palavra ministério. Pois, o caráter que sinaliza a eclesialidade é o serviço. Ministério dirigido aos pobres do Reino, aos excluídos e abandonados. W. Kasper, na tentativa de compreender a tarefa e a função do magistério eclesiástico afirmou: O magistério deve “garantir o espaço institucional em que é possível um diálogo franco e público” ele deve “finalmente servir como centro de informação e comunicação” (FRIES, Apud. KASPER, W. 1985, p. 98). O magistério, portanto, pensado a partir da teologia de base latino-americana é exortado à sua autêntica finalidade: atualizar e vivificar o verdadeiro sentido da Boa Nova de Jesus Cristo, que deseja senão a libertação humana.

“Esta instância que é Igreja merece ser respeitada. Precisa ser ouvida, pois traz consigo o *sentido da fé*, vivenciada, sofrida, e transformada pelas contingências históricas.”

tativa de compreender a tarefa e a função do magistério eclesiástico afirmou: O magistério deve “garantir o espaço institucional em que é possível um diálogo franco e público” ele deve “finalmente servir como centro de informação e comunicação” (FRIES, Apud. KASPER, W. 1985, p. 98). O magistério, portanto, pensado a partir da teologia de base latino-americana é exortado à sua autêntica finalidade: atualizar e vivificar o verdadeiro sentido da Boa Nova de Jesus Cristo, que deseja senão a libertação humana.

3. Uma possível *communio*: magistério de todos-magistério oficial

Partindo, dessa maneira, das reflexões já suscitadas sobre o magistério não oficial dos fiéis e o magistério oficial na Igreja, poder-se-ia, sob o ponto de vista de uma pneumatologia, almejar uma possível *communio* entre ambas as realidades.



Como pressuposto, depreende-se que não há uma contraposição abissal entre tais magistérios. Eles se justapõem na via única do *serviço*. O primeiro, o magistério dos fiéis, é serviço – ministério – de toda a Igreja; o segundo, magistério oficial, é serviço prestado à Igreja e em Igreja. Em ambas as realidades, o Espírito, comunicador da Vida, está presente. Ele concede ao cristão recordar e atualizar as palavras de Jesus (cf. Jo 14,26). O Espírito, Paráclito, é Senhor da comunhão, é o “ósculo (beijo) do Pai e do Filho” (SÃO BERNARDO Sermões). Portanto, sua função na Igreja é unir os cristãos. Neste sentido, ambos os ministérios são no Espírito levados à comunhão, um a serviço do outro. Um é chamado a conferir ao outro a credibilidade e atualização do Evangelho.

Segundo Schillebeeckx, o magistério na Igreja recebe sua definição a partir do “magistério de todos os fiéis”, tendo como norma a “Palavra de Deus” sob a qual também está o santo ofício, e não o contrário. A Palavra de Deus e o Espírito são normas para a verdade de fé, a Palavra é memória da aliança e manifestação de Jesus na comunidade eclesial, o Espírito atualiza esta memória, conduzindo os cristãos ao sentido pleno da obediência da fé.

No pensamento de Schillebeeckx, paralelamente ao magistério oficial caminha um magistério que é expressão teológica das Comunidades Eclesiais de Base. Tal magistério extra-oficial é carisma pneumático. É um tipo “subsidiário” de fazer teologia (teologia comum dos fiéis) em sua reflexão crítica feita mais à distância. A teologia, que o autor considera acadêmica, busca integrar as novas experiências, práticas e reflexões da comunidade. A teologia acadêmica e os teólogos são chamados, pela Igreja e na Igreja, a exercerem

Regulação das comunicações História, poder e direitos

Venício Artur de Lima



256 págs.

O livro mostra como regular o mercado da comunicação de massa, nessa sociedade em que a informação é mercadoria apropriada por empresas privadas portadoras de interesses políticos.

A sociedade enfrenta sua mídia Dispositivos sociais de crítica midiática

José Luiz Braga



352 págs.

Como ideia inovadora, aos dois sistemas que a Teoria da Comunicação reconhece existir – de produção e de recepção –, o autor adiciona outro – o de resposta, ou, mais especificamente, o de interação social sobre a mídia.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





um papel assistencial. São eles os mediadores das teologias magisteriais, aqueles capazes de ler a teologia do magistério oficial da Igreja e confrontá-la com a realidade, principalmente, levando em consideração a teologia do magistério de todos.

Ambas as teologias, insufladas pelo Espírito, se destinam a gerar a vida da Igreja e dos fiéis. Uma teologia de gabinete revestida de termos teológicos, que visa tão somente à apologia, se torna estéril, não atingindo a base: a vida do Povo de Deus. Ela paira alienada sobre as cabeças intelectuais. Em contrapartida, uma teologia magisterial, conectada com a vida, imbuída pelo Espírito e geradora de vida, é capaz de dialogar com as instâncias normativas da Tradição e da Escritura (cf. DV 9). Pois, estas visam a formar Igreja, construir comunhão e garantir a eficácia do magistério, serviço à Igreja. Quando Tradição e Escritura são respeitadas e preservadas garantem ao magistério a credibilidade. Em suas expressões, cheias de vida, firmadas na Revelação, e voltadas para a realidade, encontram-se condições de possibilidade para a comunhão perfeita.

Considerações finais

À guisa de conclusão, pode-se dizer que é imprescindível ressignificar o

conceito eclesiológico de magistério. Pois, este múnus da comunidade eclesial dos fiéis ainda tem pouco direito e sofre às vezes sob o demasiado poder institucional na Igreja. Segundo Schillebeeckx, “eclesiologicamente tal situação de modo algum é normal” (SCHILLEBEECKX, 1985, p. 26).

O testemunho dos fiéis nas questões de fé e de doutrina eclesial tem a função de encontrar e testemunhar a verdade. A história da fé cristã e da doutrina da Igreja se realiza pela atuação cooperadora dos fiéis como sujeitos do ato de criá-las. O *sensus fidelium* é pressuposto objetivo para o conhecimento mais aprofundado do *depositum fidei*, é, portanto, órgão da compreensão viva da fé.

O magistério de todos não deve ser um apêndice do ser Igreja. Pois, os fiéis vivem e procuram realizar com fidelidade o Evangelho de Jesus de Nazaré.

Esta instância que é Igreja merece ser respeitada. Precisa ser ouvida, pois traz consigo o *sentido da fé*, vivenciada, sofrida, e transformada pelas contingências históricas.

Cabe senão ao magistério oficial, dignitários do serviço, o respeito e a estima pelo *sensus fidelium*, ao qual também faz parte. O serviço dos fiéis na Igreja almeja formar comunhão, construir o Reino *já*, na espera ansiosa do *ainda não*. ●

Referências

- CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA *LUMEN GENTIUM*. In. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II* (1962-1965). São Paulo: Paulus, 2001.
- FRIES, H. Existe magistério dos fiéis? In. *Concilium*, (1985), p 88-98
- LAURET, B. Magistério. In. EICHER, P. (dir.) *Dicionário de conceitos fundamentais de teologia*. São Paulo: Paulus, 1993.
- SÃO BERNARDO, *Sermones in Cantica*, 8, 2. *Osculum Patris et Filii*. In. <http://www.arvo.net/pdf/EL%20AMOR%20EN%20PERSONA.htm> (acessado em 03/06/07).
- SCHILLEBEECKX, E. Magistério de todos: reflexão sobre a estrutura do Novo Testamento. *Concilium* (1985). p. 16-26.



Apartheid à brasileira: a relação entre mídia, segregação e expurgo do “outro” no Brasil

Jakson Ferreira de Alencar, ssp*

A temática do apartheid social e do expurgo do “outro” assenta-se em diversos exemplos concretos e relaciona-se à maneira pela qual a mídia ajuda a legitimar esses fenômenos, construindo a imagem da população vulnerável como pessoas que podem ser estigmatizadas, segregadas, destituídas de sua dignidade humana ou mortas fácil e impunemente.

*Padre paulino, jornalista, formado em Filosofia e Teologia (Faje – BH), mestre em Comunicação pela PUC-SP, onde também cursa doutorado. É editor de *Vida Pastoral*. Publicou, pela Paulus, o livro *A ditadura continuada: fatos, factoides e partidarismo da imprensa na eleição de Dilma Rousseff*. E-mail: vidapastoral@paulus.com.br

Apesar de ser um país rico e com um PIB (produto interno bruto) entre os seis maiores do mundo, o Brasil é extremamente injusto no que diz respeito à distribuição de renda: 1% da sua população possui um montante de renda superior à soma da renda dos 50% mais pobres. Até um passado recente, as desigualdades se aprofundavam sistematicamente a cada ano. Embora, nos últimos anos, essa situação tenha experimentado uma melhora, produzida sobretudo pela diminuição do desemprego, pela influência de programas sociais e pela elevação do salário mínimo, o país ainda permanece um dos mais desiguais do mundo.

A elevada desigualdade econômica ativa processos de segregação social que se assemelham ao *apartheid*, com sinais muito perceptíveis por toda a sociedade: bairros e condomínios ricos separados ou isolados das cidades; bolsões de pobreza em situação de extrema precariedade; lugares onde só circulam ricos ou lugares exclusivos de pobres; escolas e universidades para as classes altas com uma diferença abissal de qualidade em relação à educação oferecida à maioria pobre



etc. Em todos os âmbitos sociais são construídos “mundos” separados. Nas suas formas mais graves, tal *apartheid* ocasiona situações de expurgo do outro, nas quais o diferente é eliminado – seja simbólica, seja fisicamente – com muita facilidade. Isso é claramente constatado, por exemplo, na frequência com que se realizam remoções violentas de populações vulneráveis de suas casas e no grande número de pessoas (pobres da periferia, na quase totalidade) mortas pela polícia ou mesmo por civis, moradores de rua e índios queimados por jovens de classe média, entre outras situações.

1. Apartheid à brasileira

Com a urbanização, o mundo moderno ficou visível para todos, criaram-se desejos adicionais e reduziu-se o conformismo de populações historicamente excluídas com a falta de acesso aos bens de consumo; aumentaram as tensões sociais, parcelas empobrecidas ameaçaram com revoluções e os ricos responderam com ditaduras. Na América Latina, essas ditaduras foram instauradas justamente para conter os movimentos por transformações sociais e perduraram no poder por cerca de três décadas, variando conforme o país. A tensão social desenvolveu-se de maneira mais dramática na África do Sul, onde, até o final dos anos 40, a desigualdade entre brancos e negros existia sem necessidade de leis especiais para separá-lo fisicamente uns dos outros. A urbanização e o crescimento econômico concentrado em benefício dos brancos e a rebeldia da maioria negra forçaram a implantação de um sistema que mantinha os grupos africanos separados, o qual ganhou o nome de *apartheid* (BUARQUE, 1993). No Brasil, as ditaduras conseguiram conter os movimentos por mais igualdade,

não foi necessária tal forma de segregação explícita. Os trabalhadores amargaram arrocho salarial durante todo o período ditatorial; os salários foram congelados e, em consequência, a desigualdade aumentou.

Na atualidade, essa tensão aparece de maneira forte no recrudescimento da violência em todos os lugares, sobretudo nas cidades grandes. A violência e a insegurança têm sido citadas como fatores de segregação social, mas nem todas as formas de segregação encontram nelas sua explicação. Os números de uma recente pesquisa apresentada por Renato Meirelles no Seminário sobre o Mercado Futuro da Comunicação, promovido pela AlterCOM (Associação Brasileira de Empresas e Empreendedores da Comunicação), apontam para outros fatores. O pesquisador, pertencente ao Instituto Data Popular, apresentou um levantamento feito com 18.365 pessoas das classes A e B. Alguns dos dados chamam a atenção: para 55,3% dos entrevistados, os produtos deveriam ter versões para ricos e para pobres; 49,7% preferem ambientes com pessoas do mesmo nível social; 17,1% acham que todos os lugares deveriam ter elevadores separados (para ricos e pobres); 26,4% acham que o metrô aumenta o número de pessoas indesejáveis na região; 17,1% consideram que pessoas malvestidas deveriam ser barradas em certos lugares. Ou seja, há um número elevado de pessoas que deseja separar-se não apenas por questões de violência e insegurança, mas também por preferências e discriminações, pelo desejo de distinguir-se e distanciar-se.

Não obstante, a violência tem sido o principal argumento usado na promoção de segregações. Em matéria da revista *Veja* sobre medo da violência e condomínios fechados,

**“A tese que iguala
pobreza a criminalidade é
metodologicamente frágil,
politicamente reacionária
e sociologicamente
perversa.”**



estes são descritos como “binômio qualidade de vida-segurança”. Cita-se como exemplo o condomínio Alphaville, na Grande São Paulo, situado nos municípios de Santana de Parnaíba e Barueri. Para a revista, o fato de o primeiro deles ser um dos mais pobres do Estado de São Paulo é irrelevante, pois, “como os muros são altos, ninguém vê” a pobreza externa. Lá dentro, circuitos de TV permitem visualizar a movimentação 24 horas por dia, de forma que “quem está dentro não quer sair. E quem está fora – o intruso – não quer entrar. Nem poderia, com vida”. Na sequência da descrição, a matéria traça o perfil daquilo que chama “três raças” que circulam pelas portarias do Alphaville, reforçando algo comum em muitas matérias de *Veja* sobre violência. Para a revista, a violência caminha ao lado da pobreza indissociavelmente:

Há três raças de vias de acesso em cada portaria: Moradores, Visitantes e Serviços. O morador tem uma senha no vidro dianteiro do carro indicando permissão para prosseguir sem identificação. Não poderia, porém, entrar em qualquer outro módulo que não o dele. O visitante passa por normas já consagradas em empresas e outros condomínios: interfone, entrega de identificação etc. O terceiro é o nó da questão. É o trabalhador – manicure, faxineira, peão, empregada, jardineiro e congêneres (*apud LISBOA, 2007, p. 183*).

Como a matéria deixa claro, a segurança é prezada como valor máximo, e os que são considerados o “nó da questão” – os pobres que vão prestar serviço – merecem atenção especial, recebendo passaporte de entrada para prestar serviço e depois sumir da vista. As discriminações e preconceitos dessa natureza, herdados ou adquiridos, segundo Eric Landowsky (*apud LISBOA, 2007, p. 178*), baseiam-se mais comumente na consciência e, mais ainda, no orgulho identitário dos gru-

Esperança em tempos de desespero

Outras palestras e escritos

Albert Nolan

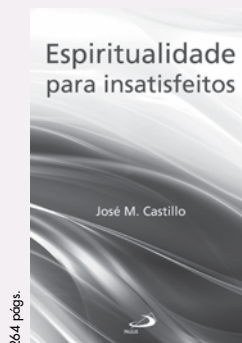


216 págs.

O autor delinea as bases de uma teologia que se posiciona a favor dos pobres e da causa da justiça. Dirige-se a todos os cristãos, que vivem em um mundo marcado pela desigualdade, violência e exploração.

Espiritualidade para insatisfeitos

José M. Castillo



264 págs.

Em muitos ambientes, a espiritualidade é relacionada àquilo que nos afasta da vida e do mundo. Este livro vai ao encontro desse e de outros mal-entendidos, apresenta o significado e a forma de viver uma espiritualidade adequada.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Imagem em domínio público.



pos que, no âmbito de determinada sociedade, se consideram como os que constituem o “nós” de referência (os “mesmos” ou que se consideram iguais), como uma totalidade já constituída, esforçando-se para preservar sua condição privilegiada, para neutralizar transformações estacionárias, pressões externas e internas que poderiam ter por efeito alterar o que esses grupos pensam ser por essência, e para diferenciar-se dos que consideram diferentes ou inferiores, os “outros”.

Em outra matéria sobre o mesmo assunto, *Veja* descreve as enormes periferias das grandes cidades como lugares que possuem “todos os defeitos que uma cidade pode ter, como falta de hospitais e de postos de saúde, inexistência de saneamento básico, transporte, habitação, calçamento nas ruas e policiamento eficaz”, e relata como esses ambientes de “miséria” e “criminalidade” estão invadindo as áreas nobres das grandes cidades. A revista descreve os bairros pobres todos como esses ambientes de terrível miséria, sujeira e violência, desconsiderando diferenças e bairros com melhores condições. O mais destacável na matéria, no entanto, é que se insurge não contra o fato de milhares de pessoas morarem em ambientes precários, mas contra a invasão das áreas nobres por esses ambientes. Se o “outro”, o diferente, estivesse confinado nos seus reductos de periferia, não haveria motivos para preocupações; a vida segura e tranquila da classe média não seria incomodada e a existência dessas pessoas não precisaria ser lembrada (LISBOA, 2007, p. 191).

1. Para maiores informações, ler *Vida Pastoral*, nº 282, 2012, artigo “A Pastoral em Novas Perspectivas (IV): Perspectiva política de futuro na cosmovisão ecológica”.

“O Estado transforma-se, pelos interesses patrimonialistas das classes dominantes que se apoderam dele, em um não Estado.”

Sob o argumento da paranoia da segurança, são comuns na revista matérias que apresentam as classes altas como vítimas; matérias que alimentam o medo, defendem a segregação ou o porte de armas pelas classes média e alta. No trecho a seguir, por exemplo, são enaltecidos mecanismos de isolamento do outro e de higienismo social, como o carro e a casa-fortaleza:

De dentro dos 4,7 metros quadrados de área média de seu automóvel, o brasileiro inicia a busca da serenidade perdida. É uma empreitada sem fim. Não basta o carro ser seguro. É vital que a casa também seja intransponível,

a rua, idealmente vigiada, o bairro, devidamente sanitizado, a cidade, corretamente imperializada (LISBOA, 2007, p. 181-182).

Dessas matérias emana a concepção dos pobres como um inimigo poderoso, a própria encarnação da violência, denotando um pensamento simplista que reduz a complexidade do problema ao estigmatizar um inimigo a ser segregado e combatido.

Em pesquisa sobre a construção do mito das classes perigosas por parte da mídia impressa e dos discursos sobre segurança pública, Cecília Coimbra (2001) mostrou como esse mito, histórico no país, se calca em teorias supostamente “científicas”, abrangendo desde as racistas até a eugenia, a antropologia criminal (que defende a possibilidade de definir criminosos por meio de características anatômicas) e a antropometria (medição de ossos, crânios e cérebros para, comparativamente, provar suposta inferioridade de negros, mulheres e índios). O higienismo chegou ao Brasil no início do século XX, pregando o aperfeiçoamento da raça branca (em um país altamente mestiço que recebeu imigran-



tes europeus já historicamente miscigenados). Com isso, pretendia-se alcançar “saneamento moral”, evitar a “degenerescência das sociedades modernas”. Em São Paulo foi criado até mesmo um bairro, chamado Higienópolis, com esses ideais. Recentemente, habitantes desse bairro se manifestaram contra a construção de uma estação de metrô na sua área, porque, segundo eles, isso levaria “gente diferenciada” para a região.

A tese que iguala pobreza a criminalidade, segundo E. Campos, é “metodologicamente frágil, politicamente reacionária e sociologicamente perversa” (*apud* LISBOA, 2007, p. 42). A explicação para a violência envolve um complexo conjunto de variáveis e situações, as quais, entrecruzadas, levam à criminalidade violenta. A própria violação da dignidade humana pela miséria já é, intrinsecamente, feroz violência, mais ainda em um país com tantas riquezas. Vemos constantemente, nos noticiários, informações sobre atos de violência praticados por pessoas de classe alta e média, o que, de maneira simples e óbvia, demonstra não ser a violência ação apenas de pobres. Por exemplo, o tão noticiado Carlinhos Cachoeira, preso sob acusações de corrupção e envolvimento com o crime organizado, mora em um desses condomínios de luxo, considerados ilhas de serenidade, espelhando uma realidade comum a muitos criminosos de “colarinho branco”.

O Estado brasileiro, segundo Whitaker (2011), constituiu, ao longo dos anos, uma máquina bem azeitada para promover a urbanização desigual, o que associa cada vez mais, mesmo que sutilmente, a intolerância à pobreza, constrói uma cidade de muros e alimenta o *apartheid* urbano. Os muros segmentam a cidade, eliminam a vitalidade das ruas e as matam como espaço de convívio; as áreas verdes públicas são menosprezadas, uma vez que, para quem pode pagar, já há áreas fechadas nos condomínios e clubes; prioriza-se o automóvel – uma das maiores fontes de poluentes

Creio na ressurreição dos mortos

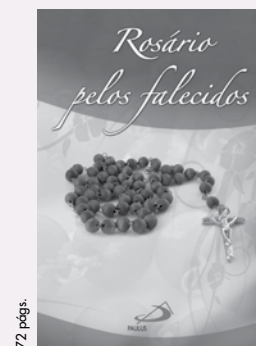
Renold J. Blank



“Creio na ressurreição dos mortos”, declaração importante que diz respeito a nós, ao nosso destino, porque não há ninguém que não passe pela experiência de morrer. O livro aborda o que é, de fato, a ressurreição.

Rosário pelos falecidos

Pe. Antônio Lúcio da Silva Lima (org.)



Tendo em mãos este Rosário, recordaremos os fiéis defuntos e rezaremos por todos os nossos falecidos: familiares, parentes, amigos e conhecidos que já se encontram no céu.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



PAULUS

Ilustrações: memoriamente/illustrations.



– e investem-se enormes somas de recursos públicos em pontes, viadutos e túneis vetados ao transporte público. Os investimentos públicos em infraestrutura foram claramente concentrados nas áreas de alta renda, capitaneados pelos interesses do mercado imobiliário. A sua ausência em outros lugares das cidades não se deu simplesmente “por causa de alguma ‘incapacidade’ dos governantes – como é recorrentemente aventado –, mas sim em razão de uma eficaz política de segregação”. O Estado transforma-se, pelos interesses patrimonialistas das classes dominantes que se apoderam dele, em um não Estado. Esses interesses moldam a máquina estatal a seu serviço e alimentam-se do atraso como alavanca para sua hegemonia (WHITAKER, 2011, p. 72-75).

Essas formas de segregação em curso na atualidade são definidas pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2006, p. 333-337) como fascismo social. Não o mesmo fascismo dos anos 1930 e 1940 do século passado. Ao contrário deste, não se trata de um regime estritamente político, mas de um regime social e civilizacional. Em vez de sacrificar a democracia às exigências do capitalismo, promove-a a seu modo, a ponto de não ser necessário – nem sequer conveniente – sacrificar a democracia para promover os interesses do capital. Uma das formas desse fascismo, salientada por Boaventura, é justamente o *apartheid* social, a segregação social dos excluídos por meio de uma cartografia urbana dividida em zonas “selvagens” e zonas “civilizadas”.

2. Expurgo do outro

Segundo Boaventura, nas zonas conside-

radas “selvagens”, o Estado e – podemos acrescentar – os sistemas de poder econômico com prerrogativas de poder estatal ou em convivência com este, por meio de atores sociais poderosos, agem fascistamente, de forma predadora, na coerção e na regulação social, ora suspendendo as leis, ora as usando e suplementando nas partes que lhes convém, para defender seus interesses (SANTOS, 2006, p. 334).

Em direção convergente, o pensador Giorgio Agamben identifica semelhanças entre essas práticas e as de um típico regime de estado de exceção, as quais, inicialmente apresentadas como excepcionais, reservadas a situações limitadas no tempo e no espaço, se tornam regra e passam a ser consideradas normais (AGAMBEN, 2004a, p. 76). Como tal, a Alemanha nazista foi eleita como o principal parâmetro de comparações para a análise da situação política contemporânea. Não se

trata de igualação dos fatos, pois estes são irredutíveis, porém comparação de princípios/alicerces.

Essas formas de poder, estado de exceção e expurgo do outro, verificam-se em regimes constitucionais que celebram os princípios democráticos. É nesse sentido que Agamben sugere a tese de que o estado de exceção já não deve ser compreendido como uma situação extraordinária evocada num momento de emergência, e sim, cada vez mais, como uma técnica de poder e de governo que, aplicada normalmente à administração da vida, se eleva ao patamar de paradigma de governo nos atuais regimes democráticos.

Agamben identifica duas caracterizações

“A mídia que empreende essa forma de construção de sentido para explicar a desigualdade social, com a moral do mais forte e mais poderoso, revela algo não apenas sobre si, mas também sobre parte da audiência que busca e valoriza esse tipo de conteúdo.”



de vida dentro do sistema de estado de exceção permanente: a vida qualificada e a vida nua, esta desprovida de qualquer atributo, potência política e proteção. Tal forma de vida é comparada por ele ao *homo sacer*, figura jurídica do direito romano arcaico que designa aquele que pode ser morto impunemente, sem precisar sequer ser submetido a um ritual de sacrifício. O assassinato dessas formas de vida não representa delito, porque a lei lhe é totalmente indiferente (AGAMBEN, 2004b).

Muitos fatos cotidianos dos tempos atuais podem ser interpretados com o auxílio das teorias mencionadas; citaremos alguns, emblemáticos, verificados recentemente no Brasil. No dia 22 de janeiro de 2012, às 5h30 da manhã de um domingo, a Polícia Militar de São Paulo iniciou o cumprimento de *ordem judicial* para desocupação do bairro Pinheirinho, situado em São José dos Campos/SP e habitado por cerca de 6 mil pessoas que lá moravam havia quase uma década. A operação interrompeu bruscamente as negociações em curso, que envolviam as partes judiciais, parlamentares, governo do Estado de São Paulo e governo federal, e desrespeitou um acordo que adiava a reintegração de posse e uma decisão da Justiça Federal contra a desocupação. Para executar tais atos, o governo e a polícia utilizaram termos jurídicos e tiveram respaldo do judiciário estadual. Falava-se em “reintegração de posse”, “defesa da ordem”, recuperar o terreno “invadido”. Entretanto, as justificativas careciam de sustentação, uma vez que a Justiça Federal havia estabelecido maior prazo para analisar a situação.

O terreno pertencia à massa falida da empresa Selecta, propriedade de um megaspeculador financeiro e devedora de elevada soma de impostos ao erário público. Ademais, não havia clareza sobre a propriedade legal do terreno, que deixou de per-

tencer a um casal de alemães, já falecido, e se tornou posse do megaspeculador mediante o repasse de um terceiro. Com todas essas dúvidas pairando sobre a questão, tendo a possibilidade de desapropriar o terreno, em virtude da dívida acumulada e do benefício a 6 mil pessoas, o poder público estadual e municipal resolveu pegar de surpresa a população do bairro, a qual foi acordada em uma manhã de domingo por um aparato policial e uma violência desproporcionais. Conforme noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, em manchete: “Para Polícia Militar, ação foi ‘brilantemente planejada’ e ‘não foi encontrada resistência’”. Para o jornal, “o fator surpresa foi a razão do sucesso da PM” (23/1/2012). A conduta das autoridades estaduais contrariou princípios básicos, consagrados pela Constituição e pelos direitos humanos, como a função social da propriedade, ao determinar a prevalência de um alegado direito patrimonial sobre as garantias de bem-estar e de sobrevivência digna de 6 mil pessoas. Mesmo assim, tais atitudes foram elogiadas pelo jornal.

Tais práticas de expurgo não são apenas da polícia, mas encontram assento na população, que em boa medida apoia esse tipo de ação. Durante todo o período em que aquelas pessoas viveram em Pinheirinho, conheceram várias formas de discriminação por parte do setor público e da população da cidade, conforme algumas moradoras relatam em entrevistas ao pesquisador Inácio Andrade (2012):

“[...] se não tiver médico num lugar, a gente não pode ir num outro postinho. Nos outros bairros também já não aceitavam o Pinheirinho, quer dizer, tipo assim, uma discriminação, né? A gente sofre este tipo de coisa. [...] E os lugares que a gente vai as pessoas falam: ‘Por que você usa luz assim?’ ‘Por que você usa água assim?’ ‘Por que você está lá naquela



terra?’ Eles não entendem a situação da gente” [Cláudia].

“Meus filhos estudam em escola do Estado, porque na da prefeitura não pega. [...] Eles alegam que a gente não tem uma conta de luz, uma conta de água ou de telefone” [Juliana].

“Eles não pedem para chamar a gente, não olham na cara da gente. Ainda mais quando é de Pinheirinho. Chega no pronto-socorro aqui, os médicos: O que é aquilo, ali? Com aquela cara, olhando. Aí [pergunta]: ‘Onde você mora?’ [resposta:] ‘Pinheirinho’. Aí que demora mesmo!” [Raquel].

Salta aos olhos o surpreendente rigor do governo em acionar a polícia e invadir a favela e nas ações contra movimentos que lutam pelo direito à moradia. A mesma energia não é mostrada contra ocupações bem menos legítimas, perpetradas por setores de alta renda. É sabido, por exemplo, que ampla faixa de área pública do parque do Ibirapuera em São Paulo, ao longo da Avenida República do Líbano, região nobre da cidade, foi tomada por mansões que até hoje estão lá com muita tranquilidade (WHITAKER, 2011, p. 77).

As grandes cidades brasileiras são todas cheias de favelas muito populosas, lugares onde a vida é pouco respeitada e ações do tipo descrito acima são comuns, ao lado de outras formas de expurgo. Na cidade de São Paulo, nos últimos anos, houve muitas suspeitas com relação à frequência de incêndios em favelas, embora o sistema judiciário não tenha feito maiores investigações a respeito. Apenas no ano de 2012, foram 38 ocorrências. Mesmo levando em consideração que formas precárias de habitação são mais vulneráveis a incêndios, é curioso que tais incidentes se verificam, com frequência desproporcional, em favelas localizadas em

lugares valorizados. Após o fogo, removem-se os moradores e, em pouco tempo, surgem condomínios no local. Até setembro do mesmo ano, o Programa de Prevenção contra Incêndios em Assentamentos Precários (Previn) não recebeu um único centavo do que foi orçado para essa finalidade pelo poder público municipal.

A facilidade com que são segregados e exterminados contingentes populacionais no Brasil é claramente perceptível na grande quantidade de pessoas mortas pela polícia, predominantemente gente pobre da periferia. Dados do Estado de São Paulo, divulgados pela própria Secretaria de Segurança, revelam que 2.045 pessoas foram mortas no estado pela Polícia Militar entre 2005 e 2009; segundo a secretaria, “em confronto”, casos registrados como “resistência seguida de morte”. Quadros similares se repetem em vários outros estados da federação. No ano de 2006, quando houve uma onda de rebeliões desencadeadas pela organização criminosa PCC em presídios paulistas, apenas no mês de maio grupos paramilitares mataram nas periferias 564 pessoas – cifra bem superior ao número oficial, apurada em pesquisa da Universidade de Harvard (“São Paulo sob ataque”, CONTRAPONTO, 2012, p. 6). Dos assassinados, 505 eram civis, na sua maioria jovens entre 15 e 25 anos, negros e pobres. Esses crimes, cometidos em represália ao PCC, que tiraram a vida de muitos meramente suspeitos e mesmo de inocentes, ficaram conhecidos como os crimes de maio, até hoje não punidos.

3. O papel da mídia

A linguagem não é somente um meio em que palavras designam objetos e estados de coisas no mundo por meio de representações, mas também tem força performativa – as palavras agem sobre a realidade e a moldam. Dizer é fazer. Quando determinado agente, reconhecido publicamente como



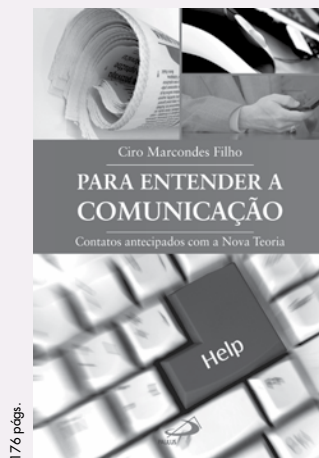
autorizado para uma ação, efetivamente a realiza, são provocadas mudanças no mundo, ainda mais se esse agente é um meio de comunicação que chega a uma grande audiência. A mídia não busca somente informar, mas também construir, por meio de várias estratégias comunicativas, mapas cognitivos para seus leitores, orientando-os para a ação e dirigindo suas formas de ler, de interpretar a realidade e se posicionar diante dela. A cultura da mídia fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e de raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles”/“outros”. A mídia participa de maneira intensa da construção da visão prevalente e dos valores ou desvalores mais arraigados (PRADO, 2006).

O *apartheid* social e o expurgo do outro no Brasil vêm de longe, mas também vêm de perto, de opções políticas, econômicas e sociais da história recente. Responsabilizar apenas o passado escravocrata e colonialista, como se faz às vezes, é uma maneira de declinar das responsabilidades atuais. Em que pese o fato de as raízes do *apartheid* e dos expurgos do outro serem profundas, e não criações da mídia, cabe reconhecer que esta se entrelaça com a história de injustiças e enormes desigualdades sociais no país. Como, no Brasil, as riquezas sempre estiveram em poucas mãos e o Estado patrimonialista criou mecanismos para reproduzir, fortalecer e perpetuar essa situação, a mídia brasileira, ao longo da história, também ficou encerrada em poucas mãos e mantém-se assim, ao lado de leis que garantem a perpetuação da concentração e da posse de concessões públicas em benefício de algumas classes sociais. Criou-se então um ciclo vicioso em que a mídia, por um lado, ajuda a reforçar a concentração de riqueza e poder, naturalizá-la e legitimá-la, enquanto, por outro, é mantida e controlada pelos detentores de

Para entender a comunicação

Contatos antecipados com a Nova Teoria

Ciro Marcondes Filho



A obra propõe nova teoria, necessária e urgente, diante da velocidade da inovação tecnológica, da obsolescência das teorias correntes, da confusão entre as temáticas. Traz inovações no conceito de comunicação e suas novas formas de pesquisa.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





riqueza e poder, evitando vozes divergentes e regulações democráticas para a comunicação.

3.1. Quanto ao *apartheid* social

Como parte do sistema de poder político e econômico mencionado acima, é comum que a mídia naturalize e desenvolva estratégias de legitimação do *apartheid* social existente no país. As informações jornalísticas são difundidas segundo o lugar e a interpretação de mundo de quem detém o poder de comunicação, ao passo que a maioria da população não tem voz ou não é representada. A realidade da pobreza é estigmatizada e só ganha espaço na mídia quando relacionada a desgraças e violência. Nos meios de comunicação, desenvolvem-se estratégias de construção de processos de identificação de quem são os aceitos, os “mesmos”, os que adquirem sucesso na vida, galgam degraus na escala socioeconômica de posicionamento social, os modelos de vida aceitos pelas classes médias e altas ou pela média do público. E também se põem em marcha processos identificatórios de quem são os “outros”, os rejeitados socialmente, a parte do corpo social diferenciada do público espectador valorizado; os menos confiáveis, os “perigosos”, dos quais se procura estabelecer distância relativa, seja na sociedade, seja nas formas de comunicação da mídia, ou afastar os holofotes, para deixá-los à margem, segregados (PRADO, 2006). Em alguns casos, estes são inscritos como “inimigos” e excluídos.

Tais caracterizações e separações acontecem em diversos meios de comunicação, das novelas aos noticiários; no Brasil, o veículo que faz isso de maneira mais aberta e, poder-se-ia dizer, até escrachada é a revista *Veja*. A construção do “mesmo” pode ser percebida nas constantes matérias e capas com os temas da riqueza, sucesso, tratamentos sofisticados de saúde, figuras de sucesso no mundo do dinheiro, sejam empresários, artistas ou despor-

tistas. Raramente se veem nas páginas de *Veja* outras formas de sucesso, como a intervenção social de um grupo da sociedade civil, a figura de um pesquisador brasileiro que desenvolva uma política pública bem-sucedida ou uma comunidade que construa sua cooperativa. Em geral, são formas de sucesso não coletivas que giram em torno do dinheiro. Já a “construção do outro” pode ser percebida nos temas da miséria, violência, movimentos sociais, os não aceitos e estigmatizados (índios, negros, mulheres, miseráveis, bandidos, deficientes, muçulmanos, pessoas da periferia, sem-terra etc.). É comum o acúmulo de riquezas ser apresentado como resultado de trabalho duro, e a pobreza, como indolência, algo generalizado na mídia hegemônica – por exemplo, quando se aborda a questão dos programas sociais brasileiros. Isso, além de ser uma simplificação exagerada que oculta os efeitos perversos da má distribuição de renda, ofende os trabalhadores que passam a vida trabalhando duro, mal ganhando o próprio sustento, muito menos enricando, como os operários da construção civil e os que descarregam cargas no mercado. São constantes as matérias que fazem o elogio despolitizado das virtudes do dinheiro, sem tematizar os desequilíbrios e injustiças do sistema capitalista, bem como matérias que apresentam a miséria como ameaça e espaço construtor do crime, e não como fruto do acúmulo de riquezas.

3.2. Quanto ao expurgo do “outro”

O expurgo do outro na comunicação se dá por meio de estratégias de construção de sentido que diminuem ou retiram a dignidade de segmentos sociais, elegendo determinados segmentos como inimigos e favorecendo o imaginário de que algumas formas de vida valem menos ou muito pouco e podem ser segregadas, desrespeitadas em seus direitos, despojadas deles ou mesmo eliminadas facilmente. Uma forma de expurgo é a concepção de que partes consideráveis da sociedade são po-



bres ou miseráveis porque não trabalham; outra, mais forte, são as construções de sentido postas em prática pela mídia que retratam os pobres como sinônimo de violência e culpados por ela. Tais construções os expõem como inimigos comuns das classes mais favorecidas economicamente, daqueles que dizem “trabalhar e pagar impostos”. Como mencionado acima, em muitas formas de comunicação esse inimigo comum é descrito como ameaçador e os indivíduos são conclamados a reagir coletivamente contra eles. Os exemplos históricos mais marcantes desse tipo de atitude social e comunicacional são os judeus, na Alemanha nazista, e os chamados “dissidentes” políticos, na era stalinista, ambos caracterizados como inimigos do povo. São os exemplos mais claros, mas essa estratégia é mais comum do que eles podem sugerir (THOMPSON, 2009, p. 87).

Essa propaganda midiática em torno de inimigos comuns não se faz do nada para se impor às massas. Ela sempre age, em geral, sobre um substrato preexistente, seja uma mitologia nacional, seja o simples complexo de ódios e preconceitos tradicionais. A propaganda nazista foi exitosa porque ganhou a cumplicidade da população alemã. A maior preocupação dos propagandistas reside na identificação e na exploração do gosto popular, mesmo naquilo que tem de mais perturbador e absurdo. É a estratégia, por exemplo, que se emprega na atualidade, tendo em vista a redução da maioria penal, ao eleger os menores infratores como os responsáveis pela onda de violência. Eles são eleitos como inimigos, podendo ser eliminados ou segregados em presídios, “universidades do crime”, e assim se encobre a responsabilidade de governadores sobre a violência.

Muitos já ouviram ou leram a máxima segundo a qual uma mentira repetida mil vezes se torna uma verdade. Essa frase, em várias versões, é atribuída a Joseph Goebbels (1897-1945), o ministro da Propaganda do regime

nazista. Mesmo que a frase não seja realmente dele, não deixa de ser verdade que Goebbels foi um mestre na transformação de mentiras em senso comum e verdade. Trata-se de uma forma de comunicação que apela mais à emoção que ao intelecto, pois simplifica situações complexas, simplifica os enunciados, os repete incessantemente com apelos emotivos para as massas (THOMPSON, 2009, p. 203). A reprodução paciente e constante de algumas ideias simplificadas em *slogans* que fossem repetidos e chegassem a tocar diretamente o coração, em vez das mentes, era a chave dessa técnica, ainda hoje muito usada em publicidade e comunicação.

Guardadas as devidas proporções, são estratégias comunicativas muito semelhantes às descritas acima com relação à explicação de certas mídias, como a revista *Veja*, para o problema altamente complexo da violência urbana. Simplifica-se a questão, responsabilizando os pobres pelos problemas e elegendo-os como inimigos comuns da segurança e da tranquilidade da classe média e alta. Depois, martela-se isso repetidamente em inúmeras matérias, capas e manchetes, em sintonia com outros veículos de comunicação, como o *Jornal Nacional* da Rede Globo. A ampliação exagerada das notícias é um processo jornalístico empregado correntemente pela imprensa, que põe em evidência todas as informações favoráveis aos seus objetivos. São formas de discurso autoritário que não levantam interrogações ou explicações consistentes, mas torcem os fatos e os amoldam a conclusões pré-fabricadas. Não elaboram argumentos, produzem *slogans*. Produzem montagens, cortes ou ângulos nas imagens e textos para aparentar uma realidade em consonância com seus enunciados. Ignoram a realidade, substituindo-a pelo preconceito.

A estigmatização, a segregação e o expurgo do outro não se restringem ao noticiário; são muito presentes também em programas de entretenimento, como novelas e humorísticos.



Um caso mais que evidente para falar do assunto é a personagem Adelaide, do programa humorístico *Zorra Total*, da Rede Globo, que abusa de estereótipos que aviltam a mulher negra e pobre. Para caracterizar a personagem, o ator Rodrigo Sant'Anna escurece a pele com maquiagem e usa um nariz falso largo e uma prótese na boca, sem os dentes da frente. A personagem não é novidade na dramaturgia brasileira. É frequente a construção de personagens negras ou de classe econômica baixa que têm como pretensão fazer as pessoas rirem. Adelaide é uma mulher negra, de meia-idade, que entra no metrô pedindo esmolas e, conseqüentemente, “importunando as pessoas”. O riso retira a capacidade de perceber o horror por trás de tais cenas. A caricatura ancora no humor o pior do imaginário racista e classista brasileiro, que procura fazer rir das barbáries mais chocantes da história passada e presente do país.

Palavras finais

A mídia que empreende essa forma de construção de sentido para explicar a desigualdade social, com a moral do mais forte e mais poderoso, revela algo não apenas sobre si, mas também sobre parte da audiência que busca e valoriza esse tipo de conteúdo, concorda com ele, o endossa e se sente reforçada por ele em suas crenças e formas de compreensão do mundo. As múltiplas imagens construídas pela mídia tanto abastecem o imaginário quanto bebem dele, que funciona como catalisador, estimulador e estruturador das práticas sociais. O discurso segregador é construído a partir do lugar de fala das classes A e B, público mais visado, e exprime de maneira considerável aquilo com que a maior parte desse público concorda, em contraposição ao “outro” do qual se tenta diferenciar ou mesmo se afastar simbólica e fisicamente, conforme se procurou demonstrar nas análises acima. ●

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004a.
- _____. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2004b.
- ANDRADE, Inácio. *Pinheirinho para além da desocupação*. Departamento de Antropologia – USP. Disponível em: <<http://antropologiausp.blogspot.com.br/2012/02/pinheirinho-para-alem-da-desocupacao.html>>. Acesso em: 2 jun. 2012.
- BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.
- CONTRAPONTO (jornal laboratório do curso de jornalismo da PUC-SP). *Memória*. São Paulo: PUC, ano 12, n. 83, nov. 2012.
- LISBOA, Ingrid Valéria. *A construção da violência urbana na revista Veja*. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – PUC, São Paulo, 2007.
- PRADO, José Luiz Aidar. Linhas de fuga, da mídia semanal à hipermídia: é possível educar para as mídias? *Hipertexto*. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 15, p. 1-12, jul.-dez. 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- WHITAKER, João Sette. São Paulo: cidade da intolerância, ou o urbanismo “à brasileira”. *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v. 25, n. 71, 2011.

Também na internet:
www.vidapastoral.com.br

Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará e em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Faje - BH), onde também cursou mestrado e doutorado em Teologia Bíblica e lecionou por alguns anos. Atualmente, leciona na Faculdade Católica de Fortaleza. É autora do livro *Eis que faço novas todas as coisas – teologia apocalíptica* (Paulinas). E-mail: aylanj@gmail.com.



Aíla Luzia Pinheiro Andrade

31º domingo do tempo comum – Todos os santos

3 de novembro

Quem morará no santuário do Senhor?

I. INTRODUÇÃO GERAL

Cristo é a fonte da santidade dos cristãos. As situações mencionadas nas bem-aventuranças foram vivenciadas primeiramente por Jesus e, por isso, ele se tornou o critério pelo qual discernimos se estamos vivendo ou não de acordo com a vontade de Deus.

As situações concretas da vida são, às vezes, carregadas de sofrimento. Feliz é quem permanece fiel em momentos de angústia e crise. Em linguagem apocalíptica, feliz é quem alveja suas vestes no sangue do Cordeiro. Essa expressão significa assumir a veste nova do batismo em situação de grande perseguição, a ponto de se identificar com o Cristo crucificado. Os santos são



aqueles cuja consciência de pertença a Cristo é tão forte que estão dispostos a tudo por amor a Deus. O que move as ações deles é o amor ágape, o mesmo que moveu Cristo na oferta da própria vida na cruz.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Mt 5,1-12a): Perseguidos por causa da justiça

As bem-aventuranças, em seu conjunto, constituem um estilo de vida, uma mensagem de esperança e uma ordem de batalha para aqueles que lutam pela implantação do reino dos céus e anseiam por sua chegada definitiva. O ponto de partida das bem-aventuranças são as condições concretas da vida humana. Há pessoas que choram, são injustiçadas, perseguidas, injuriadas e caluniadas por causa do reino dos céus, e ainda assim permanecem mansas, pacificadoras, misericordiosas e puras.

No idioma de Jesus, o termo geralmente traduzido por “bem-aventurados” ou “felizes” é o imperativo dos verbos “avançar” e “perseguir” (cf. Pr 4,14). Em um contexto de perseguição, as palavras de Jesus também podem ser assim traduzidas:

“Que avancem os pobres em espírito, porque deles é o reino dos céus!” Os “pobres em espírito” são aqueles cujas vidas estão apoiadas em Deus, não nos bens materiais e, por isso, sua luta não será em vão, mas alcançarão aquilo que esperam, a saber, o reino dos céus.

Que avancem os “mansos”, pois, embora atribulados, não agem com violência nem duvidam do amor de Deus por eles. Estes herdarão a terra, e a usufruirão sem violência, como o desejam.

Que avancem os que têm “fome e sede de justiça”, a saber, os decepcionados com a justiça terrena, a qual não defende os inocentes e

favorece os culpados. E, porque esperam unicamente na justiça divina, não serão decepcionados, mas alcançarão a vitória, viverão numa terra renovada, alicerçada na justiça.

Que avancem os misericordiosos, pois como agiram à semelhança do agir divino, serão tratados por Deus com misericórdia; e viverão num novo mundo, onde a misericórdia e o amor superam todas as coisas.

Que avancem os “puros de coração”, os que são transparentes, não enganam nem são falsos. Eles verão a Deus.

Que avancem todos aqueles que “promovem a paz”, ou que produzem o *shalom* (prosperidade, bem, saúde, inteireza, segurança, integridade, harmonia e realização). Serão chamados filhos de Deus, o verdadeiro doador da paz.

Finalmente, que avancem os “perseguidos por causa da justiça”, os que sofrem perseguição por causa da fé, por causa do evangelho. Quem sofre por causa de uma participação ativa na construção do reino não será decepcionado, mas verá o reino acontecer. Os que se ajustam à vontade de Deus terão lugar no reino dos céus, onde a vontade de Deus é soberana.

Finalmente, que avancem as pessoas de boa vontade, verdadeiras promotoras dos valores do reino dos céus na história.

Quando as pessoas viverem essas situações, devem se lembrar de que foi isso que aconteceu aos profetas e mártires. É o preço que se paga pela fidelidade ao evangelho. Essas pessoas não estão sendo castigadas, como poderia afirmar a teologia da retribuição, mas estão sendo convidadas a ter a mesma atitude de Jesus diante do “mundo hostil” aos valores do reino dos céus. Estão sendo convocadas a viver sua fidelidade ao Pai, assumindo todas as consequências dessa decisão até que brote a vida em plenitude.

2. I Leitura (Ap 7,2-4.9-14): Os que vieram da grande tribulação

O texto apresenta o destino reservado à Igreja colocada sob a eficaz proteção de Deus



durante um período de perseguição. Isso não significa que os cristãos fiquem isentos do sofrimento, ao contrário, devem preparar-se para fazer frente a graves perseguições e, inclusive, aceitar o martírio. A visão tem, portanto, o objetivo de animá-los a perseverar até a morte.

O primeiro quadro se desenrola com base no conceito antigo que considerava a terra como sendo quadrada, com ventos nocivos originados de seus ângulos (cf. Jr 49,36). Os anjos recebem a ordem de não permitir que os ventos iniciem sua obra de destruição até que os fiéis tenham recebido o selo de Deus, que equivaleria a uma declaração de propriedade (cf. Ez 9,1ss). Isso significa que, em meio à prova, Deus dará aos seus servos fiéis as energias necessárias para que perseverem até a morte. Em resumo, os que foram associados à cruz de Jesus, ou seja, os que passaram pela grande tribulação, igualmente compartilham de sua glória no céu.

Os cento e quarenta e quatro mil (12 x 12.000) assinalados representam os fiéis provenientes das doze tribos de Israel dispersas sobre a terra. Em novo quadro, João viu uma multidão incontável, de todas as etnias, diante do trono do Cordeiro. As palmas que traziam nas mãos evocam as que eram usadas na liturgia judaica da festa das Tendias (Lv 23,40) para louvar o Deus de Israel.

As vestes brancas, alvejadas no sangue do Cordeiro (v. 14), significam que os mártires permaneceram puros, não se deixaram contaminar, seja pela idolatria, seja pela apostasia, e por isso sofreram a morte. Por causa de sua fidelidade, agora estão diante do trono do Cordeiro vitorioso, realizando uma liturgia celeste.

3. II Leitura (1Jo 3,1-3): Os que esperam no Senhor

Deus nos amou a tal ponto que não se contentou apenas em nos dar seu Filho único, mas tornou a nós mesmos seus filhos adotivos. Esse tipo de amor (ágape) é extraordinário, prodiga-

Comunicação e democracia Problemas e perspectivas

Rousiley C. M. Maia / Wilson Gomes



372 págs.

As relações entre comunicação de massa e processos políticos democráticos não obtiveram ainda o mesmo espaço na literatura brasileira. Salvo poucas exceções, problemas afins ao assunto nunca receberam tamanha atenção.

Mídia e movimentos sociais Linguagens e coletivos em ação

Eduardo Vizer / Jairo Ferreira



232 págs.

O livro apresenta novas abordagens de articulações entre processos atuais de ação coletiva, movimentos sociais e meios de comunicação. Analisa os dispositivos que operam essas relações entre meios e agentes sociais.

Imagem em domínio público.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





mente generoso e tem sua fonte em Deus mesmo, é uma realidade divina da qual nós participamos através da filiação que recebemos.

É de se esperar que o “mundo”, tomado aqui em sentido pejorativo, designando uma contraposição a Deus e ao seu propósito, não reconhecerá que somos filhos de Deus. Em resumo, se o amor (ágape) é o que move nossas ações, então seremos estranhos ao mundo que é movido por outros “valores”.

A dignidade de filhos de Deus é desconhecida do mundo e imperfeitamente conhecida pelos próprios cristãos, porque todos os efeitos dessa nova situação ainda não se manifestaram. A vida eterna já está em nós, mas se manifestará em plenitude somente quando o Cristo glorioso voltar na parusia final.

A esperança segura a respeito da manifestação plena da vocação humana à filiação divina é a motivação mais eficaz para o empenho em santificar-se. Essa esperança também é um dom gratuito de Deus a nos impulsionar na purificação. Do mesmo modo que os israelitas se purificavam com os ritos apropriados antes de entrar no templo de Jerusalém, assim também os cristãos devem purificar-se espiritualmente e interiormente para entrar na realidade celeste do Cristo ressuscitado.

Dito de outra forma, o ser humano não pode ser salvo sem a graça e os méritos de Cristo, mas, ao mesmo tempo, o esforço pessoal também é necessário no processo de santificação. Não se trata de uma pureza meramente externa, mas sim de esforçar-se para configurar-se plenamente à vontade de Deus expressa na vida de Jesus.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Os textos de hoje têm o objetivo de animar os cristãos e sustentá-los na perseverança e na fidelidade até a morte. As leituras nos mostram o quanto são felizes os que permaneceram fiéis até o fim.

A fidelidade à mensagem de Cristo é o grande desafio de nosso tempo. Muitas pessoas estão desencantadas com a Igreja por causa de várias razões, a maioria delas devido à falta de amor que deve ser a marca característica da comunidade de Jesus. A igreja local, frequentada pelas pessoas em seu cotidiano, pode atrair mais pela misericórdia, por ser mansa e pacificadora.

É bom destacar na homilia que nossa preocupação principal deve ser com o testemunho de vida e não com encher os templos com cristãos desencantados e pouco comprometidos. O testemunho da igreja local os reencantará para Cristo.

Muitas pessoas passam por grandes sofrimentos e se afastam da Igreja porque não encontram explicações, ou porque lhes foram dadas explicações desastrosas para suas angústias e sofrimentos. Se a igreja é solidária com o sofredor, ele se sentirá seguro para permanecer fiel, mesmo sem entender o sofrimento que o sufoca.

Muitas vezes as desistências ou o distanciamento das pessoas em relação à Igreja ocorre porque lhes foi prometido um cristianismo fácil e confortável como retribuição pelas boas obras. Mas quando as dificuldades se anunciam, como é próprio da vida humana, as pessoas não têm a força interior para manter-se fiéis.

32º DOMINGO DO TEMPO COMUM

10 de novembro

O Deus dos vivos e não dos mortos

I. INTRODUÇÃO GERAL

A fé na ressurreição é algo recente para o mundo antigo e não foi aceita por todos.



Acreditar na ressurreição era um escândalo no mundo pagão. Jesus explica o fato da ressurreição a partir do próprio Deus. Os patriarcas devem estar vivos de alguma maneira, pois com eles sempre esteve o Deus da vida. Contra quaisquer objeções grosseiras por parte dos descrentes, a fé na ressurreição dá ânimo para o enfrentamento do martírio, pois ressuscitar é chegar ao pleno desenvolvimento da vocação humana. A ressurreição significa que todas as dimensões da vida serão transfiguradas à maneira do Cristo ressuscitado. O fundamento da fé na ressurreição é a fidelidade divina. Porque Deus é fiel, ele não permitirá que a morte tenha a última palavra. Dessa forma, a fé na ressurreição é a motivação para a fidelidade humana diante das piores torturas ou da morte. Deus nos guardará e confirmará nossa fé na vinda de Cristo.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Lc 20,27-38): Não mais poderão morrer

O texto de hoje nos oferece uma rica reflexão sobre a ressurreição dos mortos, tema ainda pouco compreendido também nos dias de hoje. Muitos cristãos hodiernos pensam como os saduceus, pois não entendem o que seja ressurreição. Por isso, a pergunta feita a Jesus retrata não apenas a descrença dos saduceus daquela época, mas faz eco ao que muitos cristãos pensam hoje.

Os saduceus aceitavam apenas os livros da Torah (Pentateuco) como Palavra de Deus. E a fé em uma ressurreição pessoal não surgiu até quando foi escrito o livro de Daniel (cf. Dn 12,2), portanto, não se encontra na Torah. A pergunta que fizeram a Jesus tomou por base uma norma da Torah, a lei do levirato (Gn 38,8; Dt 25,5-10). Se-

Eu! Falando em público?

Sim. Agora é sua vez!

Silvio Luzardo



“Eu! Falando em Público?” É assim que dizemos quando somos convidados a falar em público, com dúvidas, insegurança e medo. Este livro certamente irá ajudá-lo a realizar seus objetivos de modo eficaz.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL

paulus.com.br



PAULUS

Imagem meramente ilustrativa.



gundo essa lei, um homem teria que casar com a cunhada viúva (caso o irmão falecido não tivesse deixado um filho homem para herdar seus bens), dessa forma se garantia que o falecido teria uma descendência e que suas propriedades permaneceriam na família. Nesse caso, se sete irmãos sucessivamente tivessem se casado com a mesma mulher, qual deles seria o marido legítimo quando todos ressuscitassem?

A intenção dessa pergunta é ridicularizar a fé na ressurreição, mostrando que é algo incompatível com o mandamento do levirato e, portanto, contra a Torah. Então, a fé na ressurreição seria um absurdo. A resposta de Jesus rejeita o princípio sobre o qual se fundamenta a narrativa proposta pelos saduceus, segundo o qual a ressurreição seria apenas uma projeção e um prolongamento da vida terrestre. Jesus mostra que a lei do levirato tinha por objetivo apenas garantir a conservação da vida terrena, mas em nada se referia à vida após a morte.

Jesus responde aos saduceus a partir do texto de Ex 3,6, esclarecendo que a ressurreição está implícita na Torah. Jesus faz uma distinção entre o mundo presente e o mundo vindouro, para sublinhar a diferença radical do futuro que Deus prepara para os justos. Estes participam da vida de Deus, estão em profunda comunhão com ele, não mais submetidos à ameaça da morte. São semelhantes aos anjos, ou seja, na ressurreição a procriação não é mais necessária para a preservação da vida. Portanto, o corpo ressuscitado deve ser diferente do corpo terreno.

Ao referir-se à autoridade de Moisés, Jesus afirma de maneira inequívoca o fundamento da fé no Deus vivo e verdadeiro, o qual mantém uma relação de comunhão com os fiéis no pós-morte.

A Escritura não pretende explicar como será a vida eterna, mas reafirmar o aspecto fundamental da fé cristã de que a vida não acaba com a morte, ela permanece de outra forma,

plenificada, transformada. Na ressurreição se realiza a finalidade do ser humano, viver junto a Deus, numa vida sem fim, numa comunhão incondicional e infinita.

2. I Leitura (2Mc 7,1-2.9-14): O Rei do Universo nos ressuscitará

O texto mostra, primeiramente, que os justos preferem morrer a pecar (7,2), perder a vida a negar a fé. No tempo da grande perseguição religiosa retratada pelo texto do segundo livro dos Macabeus, as pessoas que, naquela época, eram consideradas as mais fracas foram as primeiras a oferecer a resistência da fé contra a intolerância religiosa.

Esse trecho de 2Mc expõe os elementos principais de uma teologia do martírio e da ressurreição dos justos: (1) é necessário, antes, estar disposto a morrer que pecar (v. 2); (2) Deus tem misericórdia de quem é fiel a ele (v. 6); (3) Deus nos deu a vida e, por amor a ele, devemos estar dispostos a perdê-la (v. 11); (4) se morremos por causa da fé, seremos ressuscitados para uma vida eterna (v. 7.9).

Isso significa que sem uma fé na ressurreição não há como enfrentar o martírio. A confiança daqueles jovens estava depositada unicamente na fidelidade do Deus da vida (7,7-9) o qual não abandonará na morte aqueles que preferiram morrer a negar a fé.

3. II Leitura (2Ts 2,16 – 3,5): O Senhor é fiel

O autor da carta ora a Jesus Cristo e a Deus Pai, pedindo-lhes que os destinatários tenham uma fé firme enquanto vivem em um mundo descrente. A hostilidade dos adversários (3,2) aponta para o fato de que muitas pessoas não apenas rejeitam a fé, mas também tentam impedir a propagação do evangelho.

Apesar disso, os tessalonicenses devem seguir adiante sem se deixar intimidar pelas dificuldades (v. 3-5), pois o Senhor sempre



estará com eles e guiará seus corações para o amor de Deus e para a esperança perseverante de Cristo (v. 5). Isso significa que os tessalonicenses devem imitar a perseverança que Cristo demonstrou durante os sofrimentos pelos quais passou. Apesar dos ambientes hostis, os tessalonicenses devem ser pacientes e perseverantes até a vinda de Cristo.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Os textos de hoje refletem sobre o tema central da fé cristã, a ressurreição. Contudo, é importante deixar claro que ressurreição não é a mesma coisa que reanimação de um cadáver, como pensavam os saduceus. Ressurreição é transformação da vida humana em outra realidade para além do tempo e da história. Por ser uma realidade meta-histórica, não há categorias históricas que possam explicitar essa experiência, a não ser metaforicamente. Uma imagem boa para se pensar a ressurreição é a metáfora da borboleta. Uma lagarta entra no casulo e, depois de um tempo, transforma-se em borboleta. A antiga lagarta passará a viver uma vida nova numa nova roupagem, já não estará mais presa ao chão.

A ressurreição é vida plena em Deus. É a realização da intenção divina ao criar o ser humano para estar com ele no Éden. Durante a caminhada histórica, o ser humano aprende a cultivar o jardim de sua existência em meio a dificuldades, perseguições e aridez. Mas o desejo de estar no jardim de Deus e a certeza de que ele está empenhado para realizar esse anseio fundamental da humanidade confortam o ser humano nessa busca de comunhão, fazendo-o perseverar mesmo em tempos de perseguição, pois sabe que a morte é a passagem deste mundo para uma realidade nova, onde Deus será tudo em todos.

Advento e Natal 54 perguntas e respostas sobre o ciclo do Natal

Pe. José Bortolini



Neste livro, você encontrará as perguntas mais comuns acerca do ciclo do Advento e Natal, além de compreender seu significado e sua riqueza, para celebrá-lo com mais entusiasmo e fé.

Advento e Natal Como celebrar?

Antônio Lúcia da Silva Lima (org.)
e Luiz Miguel Duarte



Para ajudar o povo a viver o Natal, de modo intenso e participativo, este livro traz propostas concretas para as celebrações, destaca símbolos e sugestões pastorais.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Imagem em domínio público/Ilustrações.



33º DOMINGO DO TEMPO COMUM

17 de novembro

Levantar-se-á o sol da justiça

I. INTRODUÇÃO GERAL

A liturgia de hoje aborda o tema do julgamento, mostrando que Deus não pode ser manipulado nem comprado. O “tribunal” de Deus não favorece uns em detrimento de outros. Por isso, quem clama por justiça verá que ela acontecerá. No entanto, em Deus justiça e misericórdia andam juntas e não são contrárias uma à outra. Deus é justo sendo misericordioso, e é misericordioso sendo justo.

O tema do julgamento está vinculado ao do último dia. Muitas pessoas temem falar sobre esse assunto, mas a liturgia nos adverte que é necessário estar sempre preparados enquanto o Senhor não vem. A ênfase dada pelos textos não se concentra no medo do inferno nem em eventos históricos desastrosos nem em cataclismos da natureza. Os textos focalizam a ação de Deus na destruição do mal, na implantação da justiça sobre a terra e na ação dos cristãos, a saber, dar o testemunho de fé.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Lc 21,5-19): Não tenhais medo

O texto de hoje utiliza-se de um recurso literário muito usado na apocalíptica judaica, o testamento de herói. É uma das formas de mostrar a continuidade da história, do plano divino da salvação em tempos difíceis. Consiste, prin-

cipalmente, em discursos do pseudoautor antes da própria morte/ascensão, nos quais desvela o futuro dos destinatários e faz exortações a que permaneçam na fidelidade a Deus. Por meio desse recurso literário, o verdadeiro autor interpreta para os seus contemporâneos os acontecimentos desastrosos, e assegura-lhes que Deus fará os fiéis vitoriosos sobre o mal.

O texto começa com a observação sobre o templo de Jerusalém, e prossegue com a afirmação de Jesus de que tudo será destruído. As palavras de Jesus querem responder a duas perguntas: quando vai acontecer e quais os sinais indicativos da proximidade do fim dos tempos. Essas perguntas são fundamentais para as comunidades do final do século I d.C.

Jesus diz aos discípulos quais são os sinais; estes não são uma indicação da proximidade do fim dos tempos, mas uma garantia de que certamente a parusia virá. Por isso, os discípulos não devem ter medo diante dos rumores sobre o fim, pois o dia e a hora não são conhecidos. Enquanto a parusia (a vinda de Cristo) não acontece, os discípulos são exortados à fidelidade, principalmente em tempos de perseguição, como é desenvolvido nos vv. 12-17. Contudo, o mais importante é saber que quando chegar o fim será pelo testemunho de fé que os discípulos serão salvos.

2. I Leitura (Ml 3,19-20a): Sereis livres

O texto de Malaquias enfrenta o problema do malvado que prospera enquanto o justo sofre. É compreensível se fazer certas perguntas: que vantagem há em ser bom? De que vale praticar os mandamentos?

A resposta encontrada pelo profeta é que Deus cuida de nós, isto é, não estamos sozinhos quando sofremos e no “Dia do Senhor” a justiça triunfará.

O autor do texto usa a imagem do fogo reduzindo uma árvore a cinzas, para afirmar que o mal será completamente eliminado do mundo, não restará mais nenhuma maldade,



nem seus ramos nem suas raízes (3,19).

A Bíblia também se serve do simbolismo do sol para enfatizar a mesma ideia. No contexto em que o profeta vivia, o sol era tido como dispensador de calor e de vida, de luz e de justiça porque sempre brilha para todos. Quando amanhecer o “Dia do Senhor”, a justiça vai brilhar e o último rastro de maldade será varrido da terra.

3. II Leitura (2Ts 3,7-12): Permaneçais firmes

Para a mentalidade dos tessalonicenses, o ser humano se realiza essencialmente na sua dimensão espiritual alienada das realidades terrenas. O trabalho manual era visto como algo degradante. Partindo da mentalidade judaica, o autor afirma que a condição corporal do ser humano não é algo negativo como se fosse um castigo, portanto, o trabalho manual dignifica o ser humano.

Os espiritualistas, que apregoavam o final dos tempos para breve, estavam criando um clima de ansiedade e de tanto frenesi que não havia mais lugar para as tarefas cotidianas. O autor convoca os tessalonicenses para permanecer firmes tendo o Apóstolo como exemplo.

O autor da carta não é um fanático, ainda que espere ardentemente pela volta de Jesus ele exorta os cristãos a viver na fidelidade a Deus e a comprometer-se plenamente com suas tarefas e obrigações terrenas.

Quando essa carta foi escrita, não somente o ensinamento de Paulo, mas a própria vida do apóstolo exercia uma influência muito grande dentro da comunidade, a ponto de ele ser citado como exemplo a ser imitado.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Os textos de hoje têm o objetivo de animar os cristãos em sua caminhada de fé mediante os desafios enfrentados em circunstâncias de perseguição. Quer incentivá-los a permanecer

fiéis e a dar testemunho de sua fé, enquanto esperam a vinda gloriosa de Jesus Cristo.

A imagem que o evangelho apresenta sobre catástrofes não deve ser tomada ao pé da letra. São imagens próprias do gênero literário apocalíptico. Querem ressaltar a mudança radical que acontecerá com a chegada do reino de Deus. Esse simbolismo apenas enfatiza que o “mundo” presente, dominado pelo mal, será destruído para que surja então um mundo novo, onde o mal não existe.

É importante deixar claro que a justiça divina não se assemelha à dos homens (facilmente manipulada pela vingança, por leis excludentes e distorcidas). Deus não se deixa manipular por ninguém. Sua justiça é temperada com misericórdia.

Também se deve dar um destaque para o v. 8: “Tomai cuidado para não serdes enganados”. O que se quer ressaltar com isso é que os cristãos não devem se deixar enganar por discursos sensacionalistas que pregam o fim do mundo, fruto de uma leitura literal desse texto bíblico. Nem tampouco se deixar seduzir por doutrinas que semeiam o medo de um juízo implacável de Deus. Esse tipo de doutrina gera fanatismo e uma vida alienada da realidade, na qual se busca uma via de “santidade” fora do mundo, sem nenhum comprometimento com a transformação da realidade pelo testemunho de uma vida em Deus.

34º Domingo do tempo comum –
Cristo Rei

24 de novembro

Um reino preparado para nós

I. INTRODUÇÃO GERAL

Ao longo do ano litúrgico, fizemos a experiência com Jesus que veio “para servir e



não para ser servido”. Hoje celebramos a sua elevação à condição de rei. Todos os espectadores da crucifixão esperam que Jesus se livre da cruz, pois é isso que faria qualquer um dos poderosos desse mundo. A prova da realeza ou do poder de Jesus seria o fato de saírem-se da cruz. Mas o reino do qual Jesus é rei não é deste mundo, isso significa que a autoridade dele não vem da terra. É um reino diferente, não estabelecido pelas forças das armas, mas com outro tipo de poder, a saber, a doação da própria vida na cruz para nos libertar do pecado e da morte. Nós já participamos do reinado de Jesus Cristo. E enquanto esperamos sua plenitude no fim dos tempos, devemos nos comprometer com seus valores, vivendo o “já” e o “ainda não” desse reino que irrompeu na história.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Lc 23,35-43): Lembrete de mim no teu reino

O trecho do evangelho de hoje nos mostra Jesus sendo crucificado entre dois malfeitores. Lucas o apresenta com traços típicos de um mártir que, com sua fidelidade e força de oração, obtém a salvação para seus perseguidores.

No Evangelho de Lucas, os que se encontravam com Jesus eram compelidos a fazer uma escolha: aderir ou rejeitar Jesus. Na hora de sua morte, ponto crucial do evangelho, o leitor é convidado a fazer sua escolha. Também aparecem aqui duas mentalidades que perpassaram todo o evangelho, duas maneiras de compreender o messianismo de Jesus. Entender a missão de Jesus é essencial para poder aderir ao seu projeto salvífico. São dois ladrões que representam duas compreensões messiânicas.

O primeiro ladrão representa aqueles que concebem um messias dotado de poderes prodigiosos, que deveria descer da cruz e libertá-los consigo. Assim, seria mais espetacular seu triunfo.

O outro ladrão é o oposto, pois reconhece em Jesus o enviado de Deus, um justo que não merecia estar ali. Este pede que Jesus se recorde dele quando estabelecer seu reino no momento “escatológico” (fim dos tempos).

A resposta de Jesus, suas últimas palavras, acentua o “hoje” de Deus: “Hoje estarás comigo no paraíso”. Quem acolhe Jesus participa de forma definitiva da vida em Deus, não em um futuro distante, mas no hoje. Ou seja, o futuro escatológico da salvação plena já está presente. O paraíso não é um lugar, mas participação na felicidade com Cristo (cf. Fl 1,23). Lucas prefere não identificar o reino geograficamente, pois este se faz “dentro” de cada um (17,21). O reino começa a acontecer na vida daquele que acolhe Jesus e se deixa conduzir por ele. Estar com Jesus não significa simplesmente estar em sua companhia, mas participar de sua realeza.

Na cruz, Cristo aparece dispendo, ele mesmo, da sorte eterna de um homem. E isso é poder de Deus. Em Jesus se manifesta todo o amor de Deus, que desce ao nível mais baixo para elevar a si a criatura humana. Esse é o poder do amor.

2. I Leitura (2Sm 5,1-3): Rei e pastor

Os anciãos, ou seja, os líderes das tribos de Israel, reconhecem Davi como escolhido de Deus para “apascentar” e “chefiar” o povo. São esses os critérios para a escolha de Davi como “rei” de todo o Israel: (1) parentesco entre o rei e o povo (são uma só carne e ossos), isto é, o monarca vai agir com a mesma preocupação que um pai de família tem para com seus filhos; (2) experiência para defender as tribos contra os inimigos; (3) e principalmente, reconhecimento dos sinais divinos de que Davi fora escolhido por Deus para essa função de líder.



Em vez do verbo “reinar”, o texto de 2Sm 5,2b usa o termo “apascentar” ou “pastorear”, da mesma raiz (hebraica) de “acompanhar” e de “ser amigo”. A tarefa principal do “rei” é proteger, além de conduzir e de cuidar. Conforme Ez 34,23, o vocábulo “pastor” era aplicado aos reis. O texto litúrgico também destaca que Davi será “chefe”, no sentido hebraico isso significa que ele terá autoridade limitada e estará subordinado a outro poder, pois somente Deus é rei sobre Israel. A liderança era carismática, ou seja, escolhida por Deus, e o poder era exercido como representatividade.

O líder de Israel jamais seria um rei no sentido próprio do termo, mas um mediador entre Deus e o povo. E sua principal função era assegurar a realeza de Deus sobre as pessoas. Em relação ao povo, a mediação consistia em promover o bem-estar de todos por meio do exercício da justiça e da defesa militar. Em relação a Deus tratava-se, principalmente, de promover a obediência ao propósito divino expresso na aliança.

A verdadeira realeza, de Deus, tornava condicional a função do chefe do povo. O líder de Israel recebia a missão de governar, através de uma eleição popular unida à unção divina (um oráculo profético). Dessa forma o líder de Israel era escolhido por Deus e pelo povo.

Considerando-se que o único rei de Israel era Deus, a liderança tornava-se também temporária. O rei poderia ser deposto a qualquer momento caso não exercesse adequadamente as funções para as quais tinha sido escolhido.

3. II Leitura (Cl 1,12-20): O reino de seu Filho bem amado

Esse hino da Carta aos Colossenses é um dos mais antigos cânticos de ação de graças do Novo Testamento. Muito anterior à própria epístola na qual hoje se encontra, era cantado durante a celebração da fração do pão, modo como a Eucaristia era chamada antigamente.

Como um dos hinos mais importantes do

Novo Testamento, exalta a ação de Cristo como mediador da redenção e da nova criação e sua atuação no mundo em todos os tempos. A ressurreição de Cristo ocupa papel central, ela faz a conexão entre o senhorio de Cristo sobre a história, sobre o cosmos e sobre a igreja.

A afirmação inicial é que Deus fez um ato de libertação, quer dizer, resgatou a humanidade de uma situação de opressão, identificada com a expressão “império das trevas” ou “tirania das trevas”. Esse resgate implica num traslado que foi feito de uma tirania para o reino de seu Filho bem amado. Essa metáfora era repleta de sentido naquela época, já que uma situação oposta era muito corriqueira: ver uma multidão de pessoas sendo levadas cativas de um reino a outro.

O reino é descrito como pertencendo ao seu Filho bem amado, ou numa tradução literal, “Filho do seu amor”, ou seja, em quem Deus depositou todo o seu amor. Esse reino, assim descrito, é poder de Deus em ação a favor da humanidade por meio da vida de Cristo.

Esse traslado significa que o reino irrompeu na história, então não devemos esperar o final dos tempos para participarmos dele. Mas essa participação exige do ser humano um compromisso radical que poderá trazer conflitos com os antivalores do mundo.

Estamos esperando o pleno desabrochar do reino no fim dos tempos, mas a celebração de hoje nos exorta que já estamos no reino de Deus. Temos que viver o “já” e o “ainda não” de sua plenitude.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

O presidente da celebração poderia chamar a atenção da assembleia para dois aspectos principais da liturgia de hoje:

- o sentido da autoridade de Jesus e dos cristãos, que difere daquela praticada pelos poderosos desse mundo. O poder de Deus e de seus representantes está vinculado à doação da



vida para que esta seja plena em todos;
 - o compromisso com os valores do reino de Deus é o que nos torna verdadeiramente cristãos participantes da vida divina.

1º DOMINGO DO ADVENTO

1 de dezembro

A salvação está próxima

I. INTRODUÇÃO GERAL

O tema principal do Tempo do Advento é a espera por Jesus. Anunciada pelo Antigo Testamento, a vinda do Messias instauraria um novo modo de viver com consequências mundiais. A rotina das pessoas, seus afazeres mais corriqueiros, seria motivada pela paz e pela concórdia. Os instrumentos da discórdia, simbolizados pelas armas, não teriam mais nenhuma utilidade.

Na segunda leitura, Paulo chama a atenção para a espera da parusia (segunda vinda de Cristo) como uma luta contra as forças das trevas, a começar em cada um de nós mesmos, depois no mundo. A espera pelo Senhor é um tempo de graça no qual todas as pessoas são chamadas a demonstrar em seus atos cotidianos que configuram a própria vida à de Cristo.

E o evangelho nos exorta que a espera pela vinda do Senhor deve ser marcada pela vigilância. O Senhor vem à semelhança de um ladrão. As pessoas estarão em suas ocupações diárias e serão tomadas de surpresa. A motivação interna com a qual realiza sua práxis é que determinará se a pessoa é cristã ou não.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Mt 24,37-44): Ficai preparados

O texto do evangelho de hoje vem nos dar orientações sobre como esperar a segunda vinda de Cristo. A parusia é um tema frequente nos discursos de pregadores sensacionalistas com o intuito de comover as multidões. O Senhor ensinou o que necessitamos para esperar esse tempo. Tudo o demais é especulação inútil.

A vinda de Cristo será inesperada (vv. 37–39). E, para esclarecer isso, o texto faz duas comparações:

1) Noé – nenhum sinal especial (vv. 37–41). Para ilustrar o fato de que ninguém pode saber o dia e a hora (v. 36), Jesus cita o caso de Noé, quando, de repente, o dilúvio caiu inesperadamente sobre as pessoas enquanto cumpriam as rotinas diárias (vv. 37–39). A seguir descreve dois casos – um masculino e outro feminino – como exemplos de como será a parusia de forma totalmente inesperada (vv. 40, 41). As pessoas estarão em suas ocupações habituais. Quando Cristo vier, o tipo de ocupação da pessoa não determina ser escolhido ou não (vv. 40, 41; dos dois ocupados na mesma coisa um será escolhido e o outro não). Significa que os cristãos não são diferentes dos demais em suas ocupações, a diferença está na vivência dos valores do reino que motiva suas opções.

2) O ladrão – vigilância (v. 43). A vinda de Cristo está anunciada e é certa, porém apenas Deus sabe quando será. O importante é estar preparado. E aquele que vive uma autêntica práxis cristã espera com constância a vinda de Cristo para instaurar o seu reino definitivo.

2. I Leitura (Is 2,1-5): Caminhai à luz do Senhor

Na primeira leitura de hoje, o profeta Isaías nos esclarece sobre a importância de Jerusalém nos tempos messiânicos. Por causa do Messias, o monte Sião, sobre o qual aquela



cidade foi construída, se tornará o centro espiritual para todas as nações. O profeta pensa no Messias como um rei de um império mundial cuja capital seria Jerusalém. As nações do mundo inteiro, governadas pelo Messias, abandonarão seus ídolos e adorarão o verdadeiro Deus de Israel.

A Cidade Santa será o centro mundial de instrução e de irradiação da Palavra de Deus. As nações se encaminharão para Jerusalém porque reconhecerão que a Palavra de Deus (a Lei) é a fonte da verdade. Elas têm desejo de se aproximar do Senhor. Elas decidirão andar nos caminhos de Deus fazendo a vontade divina. Isso significa que as nações governadas pelo Messias não serão obrigadas a servir ao Deus de Israel, elas decidirão livremente adorá-lo.

Não haverá mais disputas, o rei da paz conciliará os povos e o monte Sião, ou seja, Jerusalém, capital do reino messiânico, será o local a partir do qual a paz e a justiça vão se propagar. As armas não terão mais nenhuma utilidade, por isso serão transformadas em ferramentas de trabalho. Isso mostra que a esperança messiânica do Antigo Testamento consistia principalmente na espera por um novo modo de viver. As atividades cotidianas permaneceriam, mas não teriam como motivação a discórdia e sim a paz. Numa interpretação cristã desse texto, podemos afirmar que o profeta vislumbra o cristianismo, e se não constatamos esse estilo de vida nesses dois milênios de fé cristã, talvez seja porque não vivemos verdadeiramente como cristãos, por não termos consciência do que seriam os tempos messiânicos instaurados por Jesus Cristo.

A vida nova que o profeta vislumbra para a era messiânica deve ser o mais profundo desejo dos seguidores do Cristo que aguardam a plenificação de sua obra salvífica, quando se manifestar a Jerusalém celeste onde todos viverão como irmãos na família de Deus. Ele será o sol da nova criação e todos os povos andarão à sua luz.

CD É tempo de recomeçar Advento e Natal para crianças

Coral Pequenos Cantores de Curitiba



Interpretando as missas do Advento e do Natal, o coral move os ouvidos de quem busca paz e esperança. Destaca-se com canções como A Luz Vai Brilhar, É Tempo de Graça, Aclamando o Evangelho e Noite Feliz.

CD As crianças cantam Advento e Natal

Pequenos Cantores de Apucarana PR



Composto de 16 faixas, o álbum traz sete destinadas à Missa do Advento e nove à Missa do Natal. O encarte apresenta ilustrações de Jesus e seus amigos.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



PAULUS



3. II Leitura (Rm 13,11-14a): Revistamo-nos das armas da luz

Paulo exorta os cristãos a tomar consciência de que já estão vivendo na escatologia, ou seja, nos tempos finais, embora essa realidade ainda não seja plena. Portanto, a existência cristã, nesse tempo da graça (*kairós*) deve estar em conformidade com a vida de Cristo. Os cristãos são chamados a demonstrar através de seu estilo de vida que são seguidores de Cristo.

Os cristãos não devem ficar inertes, à semelhança de quem está dormindo, quando as circunstâncias exigem que lutem contra as trevas, a começar em si mesmo.

Paulo elenca uma lista de vícios (bebedeiras, contendas, ciúmes etc.) como exemplos do que seriam as obras das trevas (noite) em contraste com as obras do dia (vida nova em Cristo ressuscitado).

O cristão já está revestido de Cristo pelo batismo, mas essa identificação com Cristo deve dar frutos na vida cotidiana até que ele venha.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

O esclarecimento sobre a identidade do cristianismo foi sempre uma preocupação desde os mais remotos tempos da era cristã. A Carta a Diogneto, escrita no século II d.C. por um autor desconhecido, assim descreve a vida cristã:

Os cristãos, de fato, não se distinguem dos outros homens, nem por sua terra, nem por língua ou costumes. Com efeito, não moram em cidades próprias, nem falam língua estranha, nem têm algum modo especial de viver. Sua doutrina não foi inventada por eles, graças ao talento e especulação de homens curiosos, nem professam, como outros, algum ensinamento humano. Pelo contrário, vivendo em cidades gregas e bárbaras, conforme a sorte de cada um, e adaptando-se aos costumes do lugar quanto à roupa, ao alimen-

to e ao resto, testemunham um modo de vida social admirável e, sem dúvida, paradoxal (Carta a Diogneto 5,1-4).

A homilia deve dar um enfoque especial ao testemunho de vida como elemento essencial da identidade cristã e esclarecer sobre grupos que se apegam a aspectos superficiais distraindo as consciências da verdadeira vocação do cristão.

2º Domingo do Advento –
Imaculada Conceição

8 de dezembro

O Senhor está contigo!

I. INTRODUÇÃO GERAL

O pecado e a encarnação aparecem na bíblia como dois movimentos que têm por objetivo a eliminação do abismo entre o Criador e a criatura. O pecado significa que o ser humano quis superar a distância que existe entre ele e seu Criador, pretendendo fazer-se igual a Deus. A encarnação é o movimento inverso. Deus, de fato, superou a distância entre nós e ele, quando o Verbo eterno se fez homem.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Lc 1,26-38): Faça-se em mim conforme a tua palavra

O evangelho de hoje nos apresenta um modelo de colaboração no propósito de Deus para a salvação humana. O texto enfatiza dois aspectos principais: a presença eficaz de Deus que realiza o seu propósito e a colaboração humana que diz “sim”. Em Ma-



ria, vemos esses dois aspectos se realizarem. A atitude dela se torna, para nós, um paradigma a ser seguido.

O texto é bem estruturado e nos apresenta a realização das promessas feitas ao povo de Israel no passado. Todo o discurso está permeado de alusões às profecias messiânicas do Antigo Testamento (cf. Is 7,14; 49,6; 2Sm 7,12-14). Com isso se quer conectar o cumprimento das promessas salvíficas a este menino cujo nascimento constitui o início de sua efetivação.

Alguns termos são de extrema importância e nos ajudam a compreender melhor o sentido profundo desse texto.

A saudação contém duas expressões importantes: “cheia de graça”, uma alusão à alegria messiânica que ora se inicia, e “o Senhor está contigo”. Essa última expressão não é dita a pessoas em circunstâncias normais, ainda que possa haver exceções (cf. Rt 2,4), mas se refere ao povo de Deus em sua totalidade ou a alguma pessoa que Deus tenha convocado para realizar um trabalho árduo. A presença eficaz de Deus dirige a pessoa à finalidade proposta por ele.

A expressão “cobrir com sua sombra” faz alusão à nuvem que cobria o tabernáculo no deserto, representando a glória de Deus que ali habitava (cf. Ex 40,34). A mesma expressão é utilizada no texto da transfiguração (cf. Lc 9,34), porque era símbolo da presença de Deus. O tabernáculo no deserto era chamado de Tenda do Encontro (cf. Ex 27,21), pois ali Deus se encontrava com o ser humano através da representação da nuvem. Dessa forma, quando o texto, ao se referir a Maria, utiliza a expressão “cobrir com sua sombra”, a identifica com a Tenda do Encontro, e significa que no útero dela Deus e o ser humano se encontram no Menino que vai nascer.

Ante a vontade de Deus, Maria deu a resposta: aceitou. Ela proclama-se “serva do Senhor”, frase usual no ambiente oriental quando um subalterno se dirige ao seu superior com o propósito de aceitar seus desígnios. Essa

disposição para a obediência é uma manifestação de confiança (fé) na Palavra de Deus.

2. I Leitura (Gn 3,9-15.20): Onde estás?

O texto de Gn 3,10-11 alerta sobre a inviabilidade atual do propósito divino de habitar com a criação, pois o casal humano, em decorrência do pecado, se esconde de Deus. E como o ser humano é o responsável pela criação, então, esta, em sua totalidade, fica afastada de Deus. Por isso, para a fé de Israel, a presença divina na criação somente poderá ser eficaz quando o ser humano parar de se esconder de Deus, isto é, quando a humanidade ouvir a voz daquele que a interpela: “Onde estás?” (Gn 3,9). A escuta da voz de Deus possibilitará ao ser humano o arrependimento que, no sentido bíblico, significa “retorno” à aliança ou à “colaboração” (trabalhar junto) com Deus.

O pecado, muito mais que uma revolta contra Deus, é um aviltamento da natureza do ser humano. O chamado de Deus procura reconduzir a humanidade — e, com esta, a criação inteira — à sua própria dignidade. Assim, o arrependimento (ou a colaboração) do ser humano significa a criação retornando ao seu verdadeiro propósito.

Quando cada ser humano se arrepender, então, manifestar-se-á toda a beneficência da criação. E, quanto mais se retarda o arrependimento do ser humano, mais demora a presença divina na criação. Assim sendo, a plena manifestação da criação em sua beneficência depende da decisão humana. O mundo vindouro não significa apenas a vinda de Jesus, mas é também o retorno do ser humano para Deus. É o retorno do Criador (cf. Is 52,8) e da criatura.

3. II Leitura (Ef 1,3-6.11-12): Santos e imaculados diante de Deus

A segunda leitura consiste num hino cristológico (a Cristo) com forte teor batismal. Seu



tema principal é a obra de Deus através de Cristo. As consequências dessa obra no ser humano são a filiação divina, o perdão dos pecados, o tornar-se membro do Corpo de Cristo e a ação santificadora do Espírito Santo. Todos esses temas fazem parte de uma catequese baptismal. Portanto, o hino também esclarece o sentido do batismo para nós.

A partir desse texto, fica esclarecido que, antes de tudo, a eleição (vocação à filiação divina) não é algo accidental. A encarnação não aconteceu para resolver o problema do pecado humano. Quer dizer, a encarnação não foi determinada pelo ser humano, não é consequência de suas ações. A eleição que recebemos para nos tornar filhos de Deus faz parte do propósito divino desde toda a eternidade. A eleição do ser humano em Cristo é anterior à criação. Deus tomou a iniciativa de nos tornar filhos no Filho.

Por isso, desde toda a eternidade, cada ser humano é chamado a ser “sem mancha” (imaculado, v. 4). Esse termo (*ámomos*), no Antigo Testamento, designava o cordeiro do sacrifício (cf. Lv 1,3.10) e muitas vezes é traduzido em português por “sem defeito” ou “irrepreensível”, mas literalmente significa “sem mancha” ou “imaculado”. No Novo Testamento, o mesmo termo se refere à vida daquele que se une a Cristo.

É fato que o ser humano sempre pecou, apesar de ter recebido um chamado, desde toda a eternidade, para ser santo e imaculado. E já que “todos pecaram” (Rm 3,23; 5,12) a graça da encarnação (a vida inteira de Jesus) se tornou redenção, libertação da tirania do pecado que escraviza o ser humano.

Como a graça é anterior ao pecado, pois é anterior à criação (v. 4), a eleição significa que somos atingidos pela graça desde o primeiro momento de nossa existência. Disso decorre que a vivência do batismo é a adesão consciente e livre à graça da eleição eterna que se opõe ao pecado e realiza em nós aquilo a que fomos chamados: ser santos e imaculados diante de Deus.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Maria, dotada de “uma santidade inteiramente singular” (LG 56), representa a humanidade nova redimida por Cristo, ou seja, a Igreja.

A homilia deve mostrar que esta festa mariana harmoniza-se com o espírito do Advento. Enquanto a Igreja se prepara para a vinda do Senhor, é adequado celebrar Maria como figura da Igreja, ou seja, da nova humanidade redimida por Cristo e chamada a ser santa e sem mancha, conformando-se à vontade do Criador.

Uma exaltação exagerada a Maria pode quebrar o dinamismo litúrgico do Advento que enfatiza a espera pelo Senhor. Uma ênfase exagerada nos privilégios de Maria pode também favorecer uma devoção desraigada de Cristo. Pode, além disso, ofuscar o papel da graça da eleição à filiação divina, vocação de todo ser humano, a qual foi decidida desde toda a eternidade, age desde a criação e vai se consumir na segunda vinda de Cristo. Maria teve papel singular na história da salvação e não deve ofuscar a obra redentora de Cristo. A homilia deve remeter-se a Cristo, o protagonista, e deixar a Maria o papel de coadjuvante, a saber, a de representante da humanidade renovada pela redenção realizada por Jesus.

3º DOMINGO DO ADVENTO

15 de dezembro

A vinda do Senhor se aproxima

I. INTRODUÇÃO GERAL

As leituras de hoje têm um tom festivo. O destaque vai para os que se escandalizam com as ações de Jesus porque esperavam um messias rigoroso. A práxis de Jesus, ao contrário do



que se esperava, está alicerçada na misericórdia, portanto sua mensagem é uma boa notícia que alegre e anima aqueles que estavam sobrecarregados com o peso do sofrimento.

Na primeira leitura, o profeta nos encoraja a confiar no Deus fiel que está empenhado em redimir o seu povo. E a carta de Tiago nos pede paciência para suportar as demoras de Deus.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Mt 11,2-11): És tu aquele que deveria vir?

Nesse terceiro domingo do advento, o evangelho destaca as ações de Jesus como testemunho de que ele é o Messias. A pergunta: “És tu, aquele que há de vir, ou devemos esperar outro?” (v. 3), revela uma dúvida sincera e profunda. João havia anunciado a vinda do reino de Deus como um julgamento, simbolizado pelo machado e pelo fogo, ou seja, a pregação de João sobre o Messias enfatizava o juízo final (cf. 3,1-10). A pregação de Jesus era diferente, e isso causou espanto em João, talvez Jesus não fosse o Messias, cogitava ele.

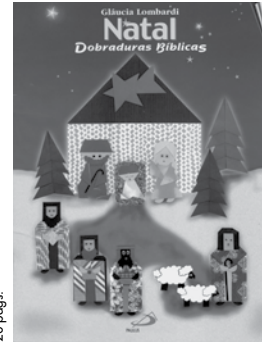
A maneira como Jesus contestou a pergunta de João é muito mais convincente do que uma resposta direta. Em vez de dizer que sim, fez algo melhor. Ofereceu aos discípulos de João evidências irrefutáveis de sua identidade. Em sua resposta, Jesus faz referência aos sinais que realizou (cf. Mt 8-9). Esses sinais, à luz dos oráculos proféticos (Is 35,5-6; 42,18; 61,1), revelam melhor que qualquer outra resposta que Jesus é o Messias, o esperado por Israel.

No entanto, a resposta de Jesus não é uma afirmação formal de messianidade. Alude a alguns fenômenos que, no AT e no judaísmo, eram característicos da era messiânica.

A resposta de Jesus também expressa que sua mensagem é uma boa notícia. O messianis-

Natal – Dobraduras bíblicas

Gláucia Lombardi



20 págs.

O livro traz dobraduras Origami, que proporciona à criança o exercício da criatividade, e contato com o nascimento de Jesus.

Preparando-se para o Natal! Um guia para que as crianças tenham um Tempo de Graça

Ted O'Neal



32 págs.

A proposta deste livro é mostrar que o Natal é importante em todas as suas cores e sabores, e ajudar a reconhecer os mais profundos significados dessa época.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Imagem em domínio público/Ilustrações.



mo e a compreensão de João sobre o fim dos tempos necessitavam ser corrigidos pela proclamação de Jesus. Sua messianidade não consiste em um juízo escatológico de ira, nem na instauração de um império sobre todos dos reinos da terra, nem numa guerra de extermínio contra todos os inimigos do povo eleito. A messianidade que aqui se sugere consiste em distribuir bênçãos. Por isso, Jesus convida João a olhar os sinais e perceber, neles, a ação salvífica de Deus em prol do seu povo.

2. I Leitura (Is 35,1-6a.10): Ele vem para salvar

O texto de Isaías é um hino de alegria pela redenção de Sião (Jerusalém) que simboliza o povo da aliança exilado na Babilônia (587-538 a.C.). Esse hino é marcado por vários temas do êxodo, a saída do Egito. Isso significa que o profeta quer inculcar nos leitores a ideia de que o retorno do exílio é um novo êxodo. O texto começa com o anúncio de uma festa que chega até o deserto mediante a travessia dos exilados, numa peregrinação santa de volta à terra de Israel.

No grupo que sai em viagem há pessoas frágeis, vacilantes, medrosas (v. 3-4), mas também há quem esteja mais seguro e, por isso, deve animar os mais fracos. O fundamento desse ânimo é a certeza da proximidade do Senhor. Essa certeza de que o Senhor está próximo é o que os põe a caminho. Até mesmo os coxos se deixam contagiar pelo entusiasmo e conseguem manter-se no ritmo da marcha.

Poder andar, ver e ouvir (situações contrárias às de coxos, cegos e surdos) era extremamente necessário para fazer parte de uma caravana. O caravaneiro (guia) gritava e gesticulava sinais para conduzir a caravana na qual a maioria andava a pé. Somente quando os fracos, vacilantes e medrosos são fortalecidos é que se podem perceber os sinais do Senhor que está com eles a caminho. É por isso que os sinais dados por Jesus a João mencionam a

cura das pessoas com essas limitações para participar da caravana.

A alegria vai vivificando o caminho, o motivo do júbilo é a redenção trazida pela proximidade do Senhor. A transformação do deserto unida à mudança no ânimo das pessoas também é sinal de que Deus está agindo, pois a descrição desses fatos é o oposto do que foi afirmado em Is 33,9 quando a trajetória era inversa, ou seja, quando saíram de Jerusalém para a Babilônia e as terras férteis se transformaram em deserto.

3. II Leitura (Tg 5,7-10): Ele está às portas

A segunda leitura nos pede paciência para suportar a demora da parusia (a vinda do Senhor). Mas paciência não deve ser entendida simplesmente como resignação diante daquilo que não podemos fazer. Tampouco significa apenas submissão ou tolerância diante das fraquezas do próximo. A paciência que o texto descreve é a capacidade de “ampliar o ânimo” (macrotimia) para suportar a demora. A paciência, nesse texto, se refere à constância, à perseverança e integridade na vida cristã enquanto o Senhor não vem.

O agricultor é o grande exemplo de paciência, pois é quem amplia o próprio ânimo enquanto o fruto cresce vagarosamente e aguarda as chuvas que possibilitam fazer boa colheita. A menção das chuvas temporãs e tardias, frequentemente citadas no Antigo Testamento para elencar os benefícios de Deus (Dt 11,14; Os 6,3), mostra como eram extremamente importantes para o agricultor na Terra Santa. Se Deus não as enviasse, não haveria colheita.

A atitude do cristão durante o tempo da espera pelo Senhor deve ser análoga à do agricultor. Os cristãos devem manter a grandeza de ânimo fortalecendo seus corações no evangelho de Jesus Cristo. Fortalecer o coração é unificar todas as dimensões da existência sob uma meta que é o reino de Deus e sua justiça.

A amplitude de ânimo mencionada por Tiago evita, nos cristãos, atitudes de murmu-



ração e julgamentos contra o próximo e os mantém em continuidade com a vocação dos antigos profetas.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A homilia deve manter o tom da alegria dentro do tempo penitencial do Advento. As leituras apontam para essa temática, sem deixar de focar a perspectiva da vinda de Cristo, que deve ser alimentada pela certeza da ação de Deus em prol dos fracos e vacilantes.

Muitas pessoas ainda hoje esperam que Deus seja rigoroso com os pecadores. Creem mais num Deus juiz do que misericordioso. Por isso acabam afastando as pessoas da Igreja com seus discursos moralistas. É importante ressaltar que a pregação de Jesus não vai por esse caminho. Suas ações dizem por si mesmo qual é a postura de Deus em relação aos pecadores.

O advento é tempo propício para a tomada de consciência do papel do cristão no mundo, que não consiste em julgar as pessoas, mas animar os que sofrem e exigir dos acomodados que saiam do seu conforto para ajudar os sofredores, e não esperar que as soluções dos problemas caiam automaticamente do céu.

4º DOMINGO DO ADVENTO

22 de dezembro

Em Jesus, Deus realiza suas promessas

I. INTRODUÇÃO GERAL

As leituras de hoje estão todas orientadas para o nascimento de Jesus, o Filho de Deus,

e para seu papel fundamental na história da salvação, que é o poder de ressuscitar os seres humanos, dando-lhes a vida plena.

Além de ser Filho de Deus, Jesus também é verdadeiramente humano, descendente de Davi e em continuidade com os grandes vultos do Antigo Testamento. A fragilidade com que entrou neste mundo foi protegida pela docilidade de José e de Maria, justos e herdeiros das promessas feitas ao povo de Israel.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Mt 1,18-24): Deus conosco, Emanuel

Mateus descreve o processo do nascimento de Jesus Cristo com ênfase em sua origem divina. Ao empregar a palavra “gênesis”, termo grego que aqui se traduz por nascimento (1,18), o evangelista se refere ao começo de algo radicalmente novo, nunca acontecido antes na história.

Em seu relato do nascimento de Jesus, Mateus estabelece dois fatos de suma importância: “nasceu da virgem Maria” e “foi concebido pelo poder do Espírito Santo”. Tudo isso em cumprimento da profecia das Escrituras (1,22).

A origem divina se estabelece principalmente por duas expressões: concebido do Espírito Santo (1,18.20b) e Emanuel (1,23). A primeira expressão fala da intervenção e participação direta de Deus na concepção. É uma intervenção única da parte de Deus na história da humanidade. Nenhum outro ser nascido de mulher teve tal relação com Deus.

Esse menino que nasceria de Maria seria chamado Emanuel (v. 23), um termo composto que quer dizer “Deus conosco” (v. 24). Em hebraico, esse título significava que



a pessoa era representante do Senhor, ou seja, que através do Emanuel, Deus estava com o povo. Jesus Cristo é a revelação suprema de Deus, que agora se apresenta no meio de seu povo como ser visível, palpável.

O nome de Jesus é o mesmo que o de Josué em hebraico e significa “salvador”. Esse menino será um agente de salvação, como o foi Josué no passado. Porém, a salvação trazida por Jesus não se limita a vencer os inimigos externos, como no caso de Josué. Em Jesus, o povo será salvo de seus pecados e reconduzido a Deus de forma definitiva.

Com o nascimento de Jesus se inicia a era messiânica de salvação na qual se concentrava a expectativa de todo o Antigo Testamento. A era messiânica começa com o nascimento de um menino, e nisso consiste a menção ao texto de Isaías. Jesus realiza a presença de Deus no meio de seu povo de maneira completamente nova.

O dilema de José, para o qual o texto chama a atenção, significa que é difícil compreender a ação de Deus, mas o justo permanece fiel mesmo quando não entende os propósitos divinos por trás dos acontecimentos. A presença de Deus no mundo também depende da colaboração humana. Por meio do sim de José e de Maria, realiza-se a promessa de Deus feita a Davi e aos seus descendentes através do profeta Natan (2Sm 7,12-16).

2. I Leitura (Is 7,10-14): o sinal do Emanuel

A união de dois países, Hama e Israel do Norte, contra o reino de Judá havia colocado Acaz, o rei judaíta, numa situação difícil, pois os adversários pretendiam depô-lo do trono e substituí-lo por um príncipe inimigo. Semelhante acontecimento significaria o cancelamento de uma promessa feita a Davi, antepassado de Acaz, por intermédio do profeta Natan (2Sm 7,12-16).

Isaías foi ao encontro do rei para lhe assegurar que a promessa estava em vigor e, portanto, Acaz não perderia o trono. Um sinal foi oferecido ao rei para assegurá-lo de que a coroa permaneceria com um descendente dele. Um sinal de Deus, tanto no Antigo Testamento quanto no Novo, é um acontecimento que dá ao ser humano a certeza de uma intervenção divina. Nesse caso, o sinal confirmaria a mensagem de Deus a Acaz por intermédio do profeta.

As esperanças de bem-estar para o reino de Judá dependiam de um sucessor davídico no trono. Por isso o sinal dado por Deus é o nascimento de um menino, filho do rei, que herdará o trono. O herdeiro de Acaz foi Ezequias, cujo nascimento foi um sinal da presença de Deus no meio do povo e da renovação das promessas feitas a Davi.

Contudo, a solenidade do título Emanuel, dado ao menino pela profecia de Isaías, despertou a fé de que no futuro surgiria outro descendente de Davi em cuja vida se poderia manifestar completa e definitivamente a presença de Deus entre o povo. Isaías expressou uma esperança que chegou à sua plena realização em Cristo. A Igreja primitiva viu no nascimento de Jesus o pleno cumprimento da profecia sobre o Emanuel.

3. II Leitura (Rm 1,1-7): Descendente de Davi e Filho de Deus

Paulo intitula-se como servo de Cristo, assinalando que está a serviço do evangelho. O Antigo Testamento emprega a expressão “servo do Senhor” para descrever as grandes figuras da história da salvação como Abraão (Sl 105,42), Moisés (2Rs 18,12), Josué (Js 2,8) etc. Paulo se situa na mesma linha desses personagens, sublinhando a origem divina de seu apostolado.

Paulo entende seu chamado em continuidade com a vocação daquelas figuras do Antigo Testamento. Conforme a teologia do Após-



tolos, profetas seriam todos os personagens do Antigo Testamento cujas palavras ele julgava serem aplicáveis a Cristo.

O evangelho proclamado por Paulo faz parte do propósito eterno de Deus no qual também o Antigo Testamento está incluído. As promessas divinas no passado se referem a Jesus, filho de Davi na ordem da descendência natural, mas que possui uma qualidade muito maior, a de ser Filho de Deus.

Ao empregar a expressão “Filho de Deus com poder”, Paulo evoca a relação singular de Jesus com o Pai na história da salvação. Cristo foi investido no poder de vivificar o ser humano, ou seja, de dar à humanidade a vida plena, a ressurreição.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A liturgia celebra o mistério de Jesus distribuindo-o ao longo do ano litúrgico para que a Igreja possa celebrar esses momentos fortes de sua fé em consonância com a própria dinâmica da vida. Mas não podemos esquecer que a encarnação, morte e ressurreição de Jesus são partes de um mesmo mistério. Natal e Páscoa mutuamente se iluminam. O Filho de Deus entrou no mundo, tocou o ser humano naquilo que tem de mais íntimo: sua orientação fundamental para Aquele que o criou.

Como homem, viveu sua humanidade na radicalidade do amor a Deus, o Pai. Na vivência desse amor, foi perseguido e entregou sua vida por amor. Tal entrega total da vida que culminou na morte teve uma resposta definitiva de Deus: a ressurreição. Dessa forma, Cristo abriu o caminho da salvação, da vida plena. Com sua ressurreição, cada ser humano é vivificado por Cristo. Então, somente o Natal não basta, é necessário compreender e valorizar a Páscoa.

Natal – festa de luz e de alegria Para a animação litúrgico-pastoral

Antônio Sagrado Bogaz



152 págs.

Dividido em três partes, trata respectivamente de: práticas litúrgicas do período do Natal; a chegada de Deus, e sugestões para viver o Natal na liturgia.

CD Liturgia IV – Advento Cantos do hinário litúrgico da CNBB

Coral Palestrina da Arquidiocese de Curitiba



37,53 min.

Composto por 12 cânticos, o CD abrange os quatro domingos do Advento, que pertencem ao Hinário Litúrgico da CNBB.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



PAULUS



NATAL DO SENHOR

25 de dezembro – MISSA DA NOITE

O povo que andava nas trevas viu grande luz

I. INTRODUÇÃO GERAL

As profecias descreveram o Messias prometido com várias linguagens e títulos. Essa promessa alimentou a fé de Israel durante vários séculos. Hoje, nessa festa da luz, a esperança que animou o povo da aliança tornou-se realidade. A luz das nações, o Filho de Deus, manifestou-se na humildade, não veio como um guerreiro poderoso, mas na fragilidade de um recém-nascido. Hoje a fé cristã celebra sua primeira vinda enquanto esperamos sua manifestação gloriosa, quando o dia eterno chegar.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Lc 2,1-14): Um filho nos foi dado

A promessa feita ao povo de Israel agora se realiza. E é em Belém, cidade de Davi, que se desencadeia a história da salvação. A imagem do Salvador deitado numa manjedoura tem um sentido profundamente teológico. Na manjedoura como na cruz o enfoque é o despojamento de Jesus, o fato de ele estar à mercê da acolhida ou da rejeição por parte das pessoas.

Outro fato importante é o lugar de seu nascimento. É estranho que não houvesse

lugar para José e Maria (v. 7), já que no Oriente a hospitalidade é sagrada, principalmente para uma mulher que dava sinais da proximidade do parto. Por isso, a frase “não havia lugar para eles” deve ter um valor teológico, a saber, a sombra da cruz se projeta sobre os primeiros dias de sua vida, também não tinha onde ser sepultado.

Se, por um lado, não tem lugar para nascer, por outro, é acolhido pelos pastores, acontecimento que é o cume teológico desta seção (v. 11). A promessa divina tinha sido feita aos pastores como Abraão, Jacó, Moisés, Davi etc. Agora Deus estava cumprindo sua promessa e, por isso, o anúncio aos pastores tem caráter de evangelho, que quer dizer “boa notícia”.

O sinal (v.12), dado pelos anjos aos destinatários da boa-nova, não é o fato de o Menino estar envolto em faixas, pois isso acontecia com todo recém-nascido (cf. Ez 16,4) para que ficasse aquecido e protegido de doenças. O sinal é que o menino está em uma manjedoura, ou seja, há aqui uma alusão à Eucaristia (pão do céu). Esse sentido pode ser reforçado pelo nome da cidade, Belém, em hebraico *Baith-lehem*, casa do pão. Dessa forma, o “sinal” não é para que encontrem o Menino, mas uma garantia da comunicação sobrenatural a respeito dele (cf. Ex 3,12).

A narrativa termina com um hino de glória (v. 14). Esse cântico significa que o anúncio da boa notícia encontra um eco no céu. A liturgia celeste se une à comunidade cristã para celebrar esse mistério. A paz, a que se refere o hino, é uma das expressões mais usadas para se falar da salvação esperada no tempo do Messias (cf. Is 9,5-6). O cântico manifesta que a humanidade é amada por Deus e por isso o Salvador nos foi dado, Jesus é o dom do Pai.

2. I Leitura (Is 9,1-6): Um menino nos nasceu

Zabulom e Nefitali foram as primeiras



idades do Reino de Israel a ser atingidas pela invasão do grande império estrangeiro que deportou parte de suas populações. Por isso, as profecias afirmavam que Deus devolveria a essas cidades sua antiga glória. As trevas que pairavam sobre aquela região seriam dissipadas quando um rei futuro introduzisse uma etapa definitiva de justiça e paz.

A esse rei ideal foram atribuídas a sabedoria de Salomão, a honra de Davi e religiosidade dos patriarcas e de Moisés. Ele seria a condensação das virtudes de seu povo. Um grande acento foi posto na sua sabedoria, critério exigido dos governantes de Israel, garantia de bem-estar para a comunidade. As expectativas messiânicas apontavam para um rei davídico ideal e, por isso, a igreja primitiva viu no início do ministério de Jesus na Galileia, região onde ficavam aquelas cidades, a realização das antigas profecias.

3. II Leitura (Tt 2,11-14): A manifestação do Salvador

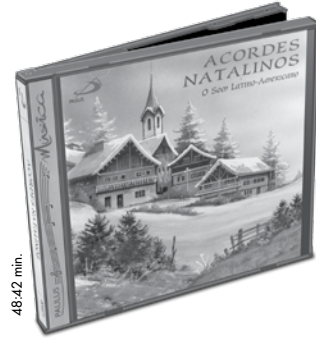
Esse texto é o coração da Carta a Tito e corresponde à tática de fundamentar a práxis cristã nos alicerces sólidos da fé. Em primeiro lugar, está o amor de Deus que comunicou a graça da salvação para todos os seres humanos. Em seguida sublinha a esperança da manifestação gloriosa de Cristo. Finalmente, recorda a redenção dos pecados através da oferta de Cristo. Por todos esses fatores, estamos capacitados para toda a boa obra que nos configura a Cristo e nos põe a caminho da vida eterna.

O autor da carta vê a salvação como fruto de uma manifestação da graça de Deus (v. 11). Essa manifestação é a vitória de Cristo, a ressurreição, e nos ensina a viver de acordo com o dom da vida plena, renunciando a todos os “valores” da morte.

Ensina também a esperar a manifestação gloriosa do “grande Deus e nosso Salvador

CD Acordes Natalinos O som Latino-Americano

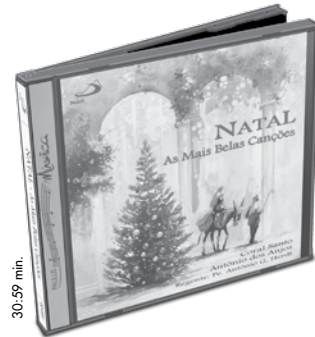
Augusto Betancourt / David Parales / Fabio Jiménez / Rubén Darío R.



Neste CD, grandes clássicos de Natal como “Jingle Bells”, “Adeste Fidelis” e “Noite Feliz” ganham arranjos diferentes, que privilegiam a música e a cultura latino-americana.

CD Natal As mais belas canções

Coral Santo Antônio dos Anjos



O repertório deste CD é composto por clássicos cânticos natalinos, conhecidos e apreciados em todo o mundo. Lembra que o Natal é um milagre que se renova todos os dias, no coração de cada um de nós.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





Jesus Cristo” (v. 13). As expressões “grande Deus” e “nosso Salvador” eram próprias dos cultos aos deuses e aos imperadores romanos. Aqui elas são direcionadas a Cristo mostrando a fé da comunidade cristã como contestação ao império romano.

O v. 14 dá um conteúdo prático, mais que pedagógico, à redenção trazida por Cristo. Ele se entregou por nós e com isso nos salvou da iniquidade, purificando para si um povo escolhido e zeloso nas boas obras.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

O nascimento de Jesus nos ensina, primeiramente, a grande benevolência de Deus, que envia seu Filho ao mundo como dom. É importante resgatar esse aspecto nos tempos atuais, pois as pessoas quase não experimentam mais o valor da gratuidade. Vive-se numa corrida desenfreada pelo bem-estar pessoal, em que as relações são baseadas na troca e não na gratuidade da entrega de si.

Outro ensinamento importante que nos trazem as leituras desta liturgia é o desapego, a renúncia. O nosso Salvador nasceu numa manjedoura e morreu numa cruz. Isso expressa o modo integral como viveu sua vida. Não procurou honrarias nem benefícios próprios. Não se apegou à sua condição de Filho de Deus, mas viveu a total entrega de si, de sua vida, sem esperar das pessoas reconhecimento algum. Viveu à mercê da acolhida ou da rejeição das pessoas. Viveu livremente sua entrega de vida, sua doação ao outro.

A encarnação de Jesus Cristo vem nos ensinar que a vida humana é puro dom de Deus. E como tal, deve ser recebida e vivida como entrega de si. Somente dessa forma podemos curar o mundo do egoísmo, grande mal que desfigura o ser humano.

NATAL DO SENHOR

25 de dezembro – missa do dia

O Verbo se fez carne e habitou entre nós

I. INTRODUÇÃO GERAL

A liturgia de hoje realça não apenas o nascimento de Jesus, mas sua origem divina. Aquele que estava presente na criação do mundo veio até nós para nos tornar filhos de Deus. Essa vinda já tinha sido anunciada pelos servos de Deus durante a primeira aliança. Agora, por meio do Verbo eterno feito existência humana, Deus nos fala definitivamente e efetiva sua presença soberana na humanidade. Jesus não é apenas mais um mensageiro de boas notícias, ele mesmo é o evangelho de Deus, ele é a salvação prometida.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Jo 1,1-18): A luz resplandeceu nas trevas

João está descrevendo um novo começo. Se o livro do Gênesis registra a primeira criação, este primeiro versículo do Evangelho de João descreve a nova criação. Em ambas as ocasiões, o agente da obra criadora é o mesmo Verbo (ou Palavra) de Deus. “Palavra” e “luz” são duas formas de falar da mesma realidade, a saber, que Deus entrou na história humana para reconduzi-la à plenitude.

A Palavra (ou o Verbo) se fez carne (v. 14). Na mentalidade hebraica, a palavra é o



meio através do qual alguém se revela ou expressa seus pensamentos e vontade. No Antigo Testamento, o termo “carne” certamente não tem conotação pejorativa, não é a antítese de Deus; porém, representa tudo o que é transitório, mortal e imperfeito e, à primeira vista, incompatível com Deus (cf. Is 40,6-8). Dessa forma, a Palavra de Deus se opõe à carne.

Conforme o evangelista João, a melhor forma pela qual Deus se expressou foi na existência humana de Jesus. Nele, o que Deus é e o que ele espera da humanidade foram revelados. Jesus é o Verbo, o ser de Deus narrado em uma vida humana.

Em vez de uma força impessoal, ou um princípio abstrato e distante da situação humana, João utiliza o termo “Verbo” em um sentido muito pessoal, de um Deus que ama, se compadece e se identifica com os seres humanos, tomando sobre si sua natureza, e sofrendo uma morte vergonhosa com o fim de prover um meio para a reconciliação do homem com seu Criador.

A luz veio ao mundo (v. 9). O Antigo Testamento se refere a Deus como a fonte da luz e da vida em várias passagens. O salmista indica que Deus é a fonte da vida e da luz (Sl 36,9). João, seguindo o conceito do salmista, afirma que o Verbo é a vida e a luz dos homens.

O termo “mundo” nesse texto significa o mundo dos homens e seus assuntos, o qual, concretamente, está submetido ao pecado e às trevas. A função da luz é basicamente combater ou vencer a obscuridade. “Trevas” é um termo metafórico que, no quarto evangelho, se refere a tudo o que se opõe à mensagem de Jesus, é a obscuridade moral e espiritual. Por isso, o tema da primeira parte do quarto evangelho é a fé, e seu contrário, a incredulidade (como resultado da influência das trevas).

A totalidade da missão de Jesus foi uma espécie de conflito entre a luz e as trevas,

Por uma paróquia missionária à luz de Aparecida

Gelson Luiz Mikuszka



176 págs.

Foram reavivados, neste livro, alguns debates surgidos na Conferência de Aparecida, desafiando a Igreja na América Latina. Então, cada Igreja local foi chamada a renovar urgentemente a paróquia, inspirando o padre Gelson a elaborar estudos e reflexões sobre o assunto.

Viver em comunidade para a missão

José Lisboa Moreira de Oliveira



118 págs.

O livro analisa a vida fraterna em comunidade, evidenciando os riscos do comunitarismo, do sentido e do significado de uma comunidade para a missão e a vocação apostólica das comunidades de vida consagrada.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





culminando no Getsêmani e na cruz. Por isso, o verbo “vencer” cabe bem neste contexto. A luz brilha nas trevas e as trevas não tinham o poder para detê-la (v. 5), muito menos para vencê-la.

2. I Leitura (Is 52,7-10): A verdadeira luz veio ao mundo

O profeta elogia a atividade de alguém que traz uma mensagem de salvação, o mensageiro vem correndo e gritando enquanto atravessa os picos das montanhas: “teu Deus reina!”.

As sentinelas que estão de guarda nas muralhas de Jerusalém começam a vislumbrar o mensageiro. Ele se antecipa à caravana dos exilados que voltam à terra natal. Metaforicamente, Deus é descrito como um rei vencedor com seu exército voltando da guerra para a terra da promessa. O grito do mensageiro alerta para o fato de que Deus saiu vitorioso.

As sentinelas em uníssono repetem o grito do mensageiro e exortam às ruínas da cidade para unirem-se ao coro com gritos de júbilo porque o Senhor resgatou o seu povo que estava sob o poder do dominador estrangeiro. Aos poucos, a notícia da restauração de Sião (Jerusalém) vai se espalhando pelo reino inteiro e por todas as nações.

3. II Leitura (Hb 1,1-6): O resplendor da glória de Deus

Fundamental para a Carta aos Hebreus é o fato de que Deus se revelou constantemente ao longo da história, dando-se a conhecer, para que o ser humano o amasse. Mas agora, por meio de seu Filho, Deus fez sua revelação final, definitiva e superior a tudo que foi revelado anteriormente.

Os primeiros versículos mencionam alguns contrastes entre o que foi revelado no passado e o que está sendo mostrado agora

através do Filho. Primeiramente, aquelas revelações eram parciais, “em muitos fragmentos”, literalmente falando. A revelação efetivada pelo Filho é completa.

Também há uma oposição entre o outrora e o hoje, ou seja, aquilo que é revelado pelo Filho será sempre atual, nunca estará ultrapassado, jamais dará lugar a nenhuma outra revelação, porque não há um mensageiro superior ao Filho, o qual é a “expressão do ser” do Pai. Com essa afirmação, Hebreus enfatiza a correspondência exata entre a natureza do Filho e do Pai, porque o termo grego ali empregado significa algo semelhante a um carimbo que deixa impresso no papel a figura que traz em alto relevo.

As revelações nos tempos antigos vieram de muitas maneiras, a atual veio de um único modo, por meio de Jesus Cristo. Aquelas foram muitas, a última é única.

Com o vocábulo “profetas” o autor de Hebreus se refere a todas as pessoas da antiga aliança que transmitiram às gerações seguintes a fé de Israel. Nenhuma dessas pessoas realizou a obra de Jesus Cristo, a saber, possibilitar nosso acesso à presença de Deus. Ao oferecer sua própria vida a Deus, Jesus realizou a purificação dos pecados de toda a humanidade, tornando possível nossa aproximação ao trono da graça.

A inclusão da obra de redenção na descrição de Cristo como agente de Deus na criação e na revelação definitiva indica a unidade básica entre esses dois eventos. Aquele que estava presente na criação é o mesmo a nos purificar dos pecados no momento da ascensão, quando penetra o santos no céu.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

O Natal e a Páscoa são as duas grandes solenidades do calendário litúrgico. Uma



remete à outra. Não se pode falar do Natal sem mencionar a Páscoa, pois na cruz a encarnação de Jesus aparece de forma mais concreta. A “prova” de que Jesus encarnou-se é sua morte. E uma morte infligida por aquilo que ele viveu.

Isso nos remete a uma nova reflexão sobre o seu nascimento. Jesus veio ao mundo para plenificar a criação de Deus. Para resgatar o ser humano do poder das trevas e reconduzi-los, à luz, mediante uma vida nova, ressuscitada. A Páscoa é a celebração dessa vitória da luz sobre as trevas. Por isso, já no Natal celebramos a ressurreição.

Sagrada família, Jesus, Maria e José
29 de dezembro

Feliz quem ama o Senhor e anda em seus caminhos!

I. INTRODUÇÃO GERAL

A liturgia de hoje põe em relevo o fato de que o Filho inseriu-se na humanidade, numa família, ele não é um mito. Ele fez o mesmo caminho de cada ser humano, pertenceu a um lar, a uma pátria e a uma cultura. Os percalços vividos pela família de Jesus não são muito diferentes dos que são experimentados por muitas pessoas ainda hoje. A família é a base dos valores, as atitudes de José e de Maria se tornam modelo de vida para os pais e mães hoje, animando-os a percorrer sua trajetória em atenção à vontade de Deus. Os demais

Pastoral da visitação Paróquia em estado permanente de missão

José Carlos Paiva



104 págs.

O livro *Pastoral da Visitação* responde ao desafio de apresentar estratégias concretas para as comunidades eclesiais, como a preparação de agentes para atuar na pastoral da visitação e um roteiro completo sobre ela.

Pastoral da Escuta Por uma paróquia em permanente estado de missão

José Carlos Pereira



96 págs.

A obra se coloca dentro do espírito do Documento de Aparecida e das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, contribuindo com o processo de evangelização e para o estado permanente de missão das comunidades paroquiais.

Ilustrações: Inegens

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





textos são um desdobramento do quarto mandamento da Lei de Deus.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Mt 2,13-15.19-23): Quem ama o Senhor lhe obedece

O evangelho de hoje narra a fuga de José, Maria e o menino Jesus para o Egito. Revela-nos a importância da obediência e da colaboração humana para que se realizem os desígnios de Deus para a salvação humana. Em Jesus, a figura do povo de Israel é recapitulada e levada à plenitude. O que acontece a ele refere-se ao seu povo.

O Egito, em muitos textos bíblicos, é visto de forma negativa por remeter às nações que oprimiram Israel. No entanto, durante séculos o Egito havia sido um lugar de refúgio para os judeus que fugiam de risco de morte (cf. 1Rs 11,40; Jr 43,7). Daí se entende o porquê da fuga da sagrada família para lá.

Existe uma relação notável entre a ida e a saída do Egito da parte de Israel e da parte de Jesus. Quando Mateus cita de Oseias 11,1 a frase “*Do Egito chamei o meu filho*”, o faz indicando a nação de Israel que era conhecida como “filho de Deus” (cf. Ex 4,22; Jr 31,9). O texto refere-se a Israel, agora representado por Jesus, que repete o êxodo. A vida de Jesus é a vida do povo, portanto Jesus realiza a vocação de Israel ao repetir-lhes os passos: Israel desceu ao Egito para evitar a ameaça da fome, e Jesus foi levado por seus pais para evitar a ameaça de Herodes. O Egito foi refúgio provisório para Israel e o foi também para Jesus; Moisés fugiu do Egito para escapar da ira do faraó e regressou só quando morreu esse faraó que o conhecia (Ex 4,19). Jesus fugiu da Palestina

e regressou depois da morte do rei que tinha ameaçado sua vida.

Em ambos os casos, Deus deu ordens para sair do Egito e para voltar à terra prometida. Israel desceu ao Egito quando era uma nação muito jovem, e Jesus desceu quando era um menino. Deus escolheu Moisés para libertar Israel da escravidão do Egito e assim salvar o povo, levando-o à terra prometida. Da mesma forma, aconteceu com Jesus, Deus o chamou do Egito para salvar os homens de seus pecados e conduzi-los ao reino de Deus.

Em todos esses passos, Deus guiou Israel e a família de Jesus pelos caminhos que o próprio Deus escolheu. Tanto os hebreus, no tempo de Moisés, quanto a família de Jesus permitiram que Deus os conduzisse pelo caminho. É um testemunho concreto de que a salvação se torna eficaz na medida de quem colabora com a ação de Deus mediante a obediência aos seus desígnios.

2. I Leitura (Eccl 3,3-7.14-17a): Quem ama o Senhor honra pai e mãe

A fidelidade para com o Deus da aliança exige o amor ao próximo. Isso implica numerosas exigências éticas. Entre elas, o livro do Eclesiástico dá referência ao amor que deve ser dispensado ao pai e à mãe.

O texto que foi proclamado hoje é um comentário ao mandamento de Ex 20,12. Não há desculpa alguma para o não cumprimento dessa norma. Na época em que o livro do Eclesiástico foi escrito, as motivações para se seguir uma norma se davam através de um elenco de recompensas e de castigos decorrentes do cumprimento ou não do mandamento. Por isso, o texto exorta que Deus não atenderá as orações de quem não cuidar dos próprios pais. Da mesma forma, enumera as vantagens para aqueles que dão especial atenção ao pai e à mãe.



A recompensa para quem honrasse pai e mãe seria uma vida longa e próspera, porque naquela época as pessoas ainda não tinham clareza sobre a ressurreição dos mortos, portanto, a longevidade e a prosperidade eram o que de melhor poderia acontecer com uma pessoa.

Para o cristão, esse elenco de bênçãos e castigos não é necessário. Cristo nos deu o exemplo quando decidiu nascer numa família, e nós nos sentimos motivados pela ação do Espírito Santo a configurar nossa vida à vida de Cristo.

3. II Leitura (Cl 3,12-21): O amor é o vínculo da perfeição

O texto da segunda leitura faz uma descrição da vida na comunidade cristã dos primórdios.

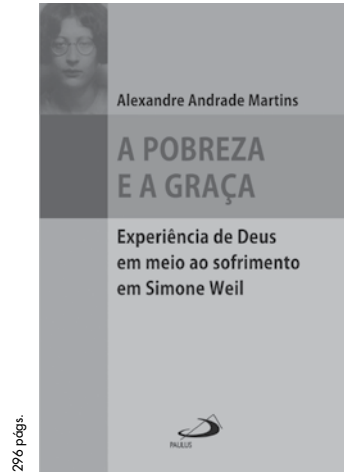
O emprego dos termos “eleito, santo, amado”, que antigamente se referiam a Israel, sublinha o fato de que os cristãos estavam conscientes de formar uma nova comunidade como povo de Deus, e isso devia se refletir em suas mútuas relações.

Segue-se uma lista de virtudes que destacam a transformação interna necessária para se adquirir um novo comportamento, uma vida nova configurada à de Cristo, com humildade, mansidão, paciência etc.

A expressão “uns aos outros”, repetida duas vezes (v. 13.16), sublinha que as responsabilidades são mútuas. A obediência ao Senhor será demonstrada através do modo como as responsabilidades comunitárias e familiares são assumidas por todos como testemunho para o mundo. O elenco das regras familiares acentua muito mais as responsabilidades que os direitos de cada um. Isso é um testemunho para nossa época, na qual as pessoas geralmente colocam a exigência dos direitos em primeiro lugar, seja no ambiente eclesial ou familiar.

A pobreza e a graça Experiência de Deus em meio ao sofrimento de Simone Weil

Alexandre Andrade Martins



Este livro versa sobre como o sofrimento (descrito como *malheur*) e a graça estão presentes na vida e no pensamento de Simone Weil, apresentando uma reflexão antropológica sobre a experiência da graça em meio ao sofrimento, na qual a busca pela verdade leva à experiência mística.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.



III. PISTAS PARA REFLEXÃO

O presidente da celebração deverá destacar alguns problemas da família na atualidade sem, contudo, cair no sermão moralista e

ofensivo. Não se trata de mencionar assuntos polêmicos, mas de orientar as famílias nas luzes do Espírito Santo. Destacar que Jesus está empenhado em resgatar o valor da família, pois ele mesmo quis pertencer a uma. ●

Diretrizes para autores

A Vida Pastoral recebe artigos de mestres e doutores. Os textos devem ser:

- Inéditos e não enviados a outras revistas;
- Em linguagem pastoral, acessível, sem prejuízo da profundidade do texto;
- Com tamanho de 15 a 20 mil caracteres (contando os espaços);
- Subdivididos em subtítulos, para facilitar a leitura.
- Evitar notas de rodapé em grande quantidade e tamanho; as informações julgadas importantes devem ser postas no corpo do texto, fazendo notas explicativas apenas quando isso não for possível;
- Usar o recurso a notas apenas em casos de notas explicativas;
- As referências bibliográficas de citações deverão ser inseridas no corpo do artigo, entre parêntesis, seguindo o padrão: sobrenome, ano da publicação, número da página;
- A bibliografia deverá estar disposta no final do artigo. As obras, em ordem alfabética, devem obedecer à seguinte sequência: autor (sobrenome em caixa alta, seguido pelo nome). *Titulo em itálico*. Edição. Cidade: Editora, data da publicação. Para outros itens não exemplificados aqui, seguir as normas da ABNT, citação dos elementos essenciais (NBR 6023, facilmente localizável na internet);
- Evitar lista bibliográfica muito extensa, incluindo apenas o fundamental;
- Enviar os arquivos em documento do Word, simples, sem formatação, fonte *Times New Roman*, espaçamento de 1,5, tamanho 12;
- Citações maiores que três linhas devem ser destacadas do corpo do texto, com recuo maior e tamanho das letras 11, sem necessidade de aspas ou itálico;
- Inserir no início, em itálico, pequeno resumo de 3 a 4 linhas;
- Incluir no final do artigo pequeno texto de 3 linhas com informações biográficas do autor e *e-mail* para contato;
- Traduzir todas as citações em língua estrangeira;
- Enviar anexo ao *e-mail* do editor (vidapastoral@paulus.com.br).